

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE OCEANOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GERENCIAMENTO COSTEIRO
MESTRADO EM GERENCIAMENTO COSTEIRO

LUCENI MEDEIROS HELLEBRANDT

**CONFLITOS DA PESCA ARTESANAL DE TAINHA NA COLÔNIA Z3 E SUA
RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Rio Grande

2012

LUCENI MEDEIROS HELLEBRANDT

**CONFLITOS DA PESCA ARTESANAL DE TAINHA NA COLÔNIA Z3 E SUA
RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gerenciamento Costeiro.

Orientadora: Dra. Patrícia Raggi Abdallah

Rio Grande

2012

AGRADECIMENTOS

Chega o momento mais difícil de escrever neste documento. O difícil é conseguir colocar em um breve texto o nome de cada pessoa que, ao abrir um sorriso, dar um abraço, ou responder um e-mail, incentivou de alguma forma a conclusão desta etapa.

Para começar esta vasta lista de agradecimentos, vou responder à pergunta tantas vezes lembrada nas aulas de introdução ao gerenciamento costeiro integrado: quem paga por isso? Desta forma, começo agradecendo imensamente aos fundos do Inter American Institute for Global Change Research, no âmbito do projeto SACC-HD CRN 2076. Na sequência, a fonte que alegrava todo começo de mês e incentivava a seguir na pesquisa, foi a bolsa concedida por Demanda Social da CAPES.

Além desse importantíssimo incentivo, agradeço o imenso incentivo científico por parte dos professores do Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro (PPGC), no qual, me orgulho de dizer, todas as aulas que tive o privilégio de assistir acrescentaram conhecimento à minha vida. Com grandes mestres assim, a vontade de aprender fica perpetuada. Em especial aos membros do comitê responsável pela orientação desta dissertação, nas figuras dos professores Jorge P. Castello, Milton Asmus e Patrícia Abdallah, sempre dispostos a revisar e propor discussões pertinentes a este estudo.

Quanto à professora Patrícia Abdallah, gostaria de reforçar o agradecimento, pois além da competente orientação que recebi para o desenvolvimento deste estudo específico, a convivência no âmbito da UPEC expandiu consideravelmente meu raciocínio científico. Professora, obrigada! Juro que se o item “agradecimentos” permitisse, eu incluiria um gráfico!

Falando em UPEC, a Unidade de Pesquisa em Economia Costeira, gestada dentro do Centro de Estudos em Economia e Meio Ambiente foi uma escola e tanto, me ensinando a conviver e trabalhar em equipe, numa estrutura privilegiada, e com as queridas companhias que, em meio a chimarrão e boas risadas, amadureceu muitas ideias. Obrigada Márcio, Leonel, Andréa, Mário, Laura, e aos que vieram antes, e virão na sequência, fortalecendo este espaço tão propício ao desenvolvimento científico.

Ainda sobre colegas, agradeço imensamente aos outros 12 corajosos que formam a primeira turma do primeiro mestrado em gerenciamento costeiro do Brasil. Com vocês, voltei a gostar de frequentar salas de aula. Também agradeço pelas agradáveis tardes de quarta-feira,

passadas no então Café Cons(ciência), expandindo a mente, trocando conhecimentos. Aos colegas das novas turmas do PPGC, agradeço as oportunidades de convivência e discussões naquelas manhãs de sexta-feira, que sempre encerravam minha semana com satisfação.

Aqui, na transição entre o profissional e o pessoal, agradeço imensamente ao Denis Hellebrandt, primo e orientador, que soube exatamente em que momento ser o que. Denis, obrigada pelo suporte, por me carregar no colo há 3 décadas atrás, e hoje, me levar pela mão a este mundo acadêmico, que tanto admiro.

Para finalizar, agradeço aos meus pais por, mesmo sem entender muito pra que, sempre fizeram o esforço necessário pra complementar aquela verba necessária para poder participar do evento tal, do curso tal...Mãe, obrigada por não desistir (nesse momento tem lágrima caindo por aqui). Pai, obrigada por sempre acreditar.

Agradeço também a Pat, por segurar a onda nos meus surtos finais, presente com o abraço necessário, mas sem sufocar...aliando carinho à ajuda com o inglês. Thanks, baby!

Por fim, aos aqui não nomeados, mas também importantes, amigos queridos que suportaram gentilmente meu discurso acadêmico em meio à madrugadas e eventos descontraídos, e ao pessoal da Colônia Z3 pela sempre prestativa acolhida.

É isso! Daqui pra frente!

*...but don't forget the songs
that made you cry
and the songs that saved your life!
(rubber ring – the smiths)*

RESUMO

Zona Costeira pode ser definida como uma região dinâmica, de interação entre ambiente terrestre e ambiente marinho. Tal interação proporciona um ambiente atrativo à atividade humana de exploração dos recursos naturais, resultando em atividades diversificadas. Assim, pode ser caracterizada pela competição por espaços e recursos, por parte de vários atores sociais, e resultando em sérios conflitos. Dentre as várias atividades que ocorrem em zonas costeiras, podemos citar a exploração de recursos pesqueiros como uma atividade de importância econômica e social, que impacta o ambiente, e interage com outras atividades, levando à disputa de espaço, entre outras. Além dos conflitos entre atividades de exploração de diferentes recursos, a atividade pesqueira ainda apresenta conflitos internos, relacionados às diferentes escalas de ação – artesanal, industrial e esportiva. Neste contexto, a pesca artesanal é destacada com o mais elevado potencial para conflitos. Estes conflitos, motivados por diversos fatores retratados neste trabalho, refletem na dinâmica social e econômica das populações costeiras que dependem da pesca. Para o estudo em questão, considerou-se a pesca artesanal de tainha, que vem despertando o interesse da academia, por ser uma das espécies capturadas na região estuarina da Lagoa dos Patos que representa grande importância socioeconômica para os pescadores artesanais da região. Entre os locais em que a pesca artesanal de tainha é desenvolvida, focou-se na Colônia Z3 (colônia de pescadores localizada na Lagoa dos Patos / RS) por se destacar pelo seu elevado número de pescadores e sistema de organização em colônia representativo na região em estudo. Aliado aos conflitos, outro fator analisado é a ação de políticas empregadas pelo governo no setor pesqueiro, pois neste trabalho entende-se que estas políticas públicas podem implicar na geração, ampliação ou minimização dos conflitos provocados pela atividade pesqueira. Assim, buscou-se entender como se estabelece esta relação: políticas públicas agindo sobre conflitos da pesca artesanal, utilizando como local de estudo a Colônia Z3, e como objeto de estudo, a pesca artesanal de tainha. Desta forma, a análise de casos da interação conflitos e políticas públicas vem a somar para o entendimento e argumentação na discussão a respeito da aplicação de políticas públicas no setor pesqueiro. Esta soma contribui no processo de gestão costeira ao analisar as implicações destas relações e sugerir formas de análises e ações sobre a questão dos conflitos pesqueiros.

Palavras-chave: conflitos – políticas públicas – pesca artesanal – colônia Z3

ABSTRACT

Coastal Zone can be defined as a dynamic zone where earth and marine environment interact. Such interaction provides an attractive environment to the human activity of exploring natural resources, leading to diversified activities. Therefore, it can be characterized by the competition for spaces and resources by many social actors, having serious conflicts as result. Among several coastal zone activities, there is the exploration of fishing resources as an activity of social and economic importance, which impacts the environment and interacts with other activities, leading to the fight for space, among others. Besides the conflicts between exploration activities of different resources, the fishing activity still shows some inside conflicts related to the different scales of action – artisanal, industrial and sportive. In this context, artisanal fishery is highlighted with the most elevated potential for conflicts. These conflicts, motivated by several factors that will be shown in this study, reflect in the social and economic dynamic of coastal populations that depend on fishery. For this study, it was considered the artisanal fishing of mullet, in which the academy has been showing interest because its one of the species that is captured in the estuarine zone of Patos Lagoon that represents a great socioeconomic importance for the artisanal fishers who live there. Within the places in which artisanal mullet fishery is developed, it focused in Colônia Z3 (fishermen colony located at Patos Lagoon / RS) as it stands out because of the high number of fishermen and a system of colony organization that represents the area under study. Allied to the conflicts, another factor analyzed is the policy actions used by the government in the fishing sector, because in this study it is understood that these public policies can result in the generation, amplification or minimization of the conflicts caused by the fishing activity. Thus, the aim was to understand how this relationship is established: public policies acting over conflicts in artisanal fishing, using Colônia Z3 as a study site and, as a study theme, the artisanal fishing of mullet. So, the analysis of cases of the interaction conflicts and public policies adds to the understanding and argumentation in the discussion about the application of public policies in the fishing sector. This addition contributes in the process of coastal management as it analyses the implications of this relationships and suggests forms of analysis and actions about the subject of fishery conflicts.

Keywords: conflicts – public policies – artisanal fishery – Colônia Z3

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da cidade de Pelotas em relação à América do Sul.....	17
Figura 2- Linha do tempo Políticas Públicas aplicadas ao setor Pesqueiro.....	36
Figura 3 - Reunião na Colônia Z3.....	47
Figura 4 - Reunião na Colônia Z3.....	47
Figura 5 - Reunião em São José do Norte.....	47
Figura 6 - Reunião em Rio Grande.....	47
Figura 7 - Reunião em Rio Grande.....	47
Figura 8 - Reunião em Rio Grande.....	47
Figura 9 - Reunião na Colônia Z3.....	48
Figura 10 - Reunião na Colônia Z3.....	48
Figura 11 - Reunião na Colônia Z3.....	48
Figura 12 - Reunião na Colônia Z3.....	48
Figura 13 - Pórtico de entrada na Colônia Z3.....	50
Figura 14 - Arroio Salgado.....	50
Figura 15 - Um dos caminhos para a Divinéia.....	50
Figura 16 - Barcos atracados na Divinéia.....	50
Figura 17 - Outra vista da Divinéia.....	50
Figura 18 - Outra vista do Arroio Salgado.....	50
Figura 19 - Placa em galpão – iniciativa de Educação Ambiental.....	51
Figura 20 - Estaleiro – desativado.....	51
Figura 21 - Estrutura para refrigeração de pescado.....	51
Figura 22 - Casas financiadas por política pública federal.....	51
Figura 23 - Estrutura da antiga fábrica Solisa – desativada.....	51
Figura 24 - Estrutura da cooperativa Lagoa Viva.....	51
Figura 25 - Estaleiro em atividade, mas sem serviço no momento.....	52
Figura 26 - Sede do Sindicato dos Pescadores de Pelotas.....	52
Figura 27 - Cidade de Pelotas e Colônia Z3.....	59
Figura 28 - Vista aérea da Colônia Z3.....	59
Figura 29 - Desenho explicando técnica utilizada na pesca artesanal de tainha.....	66
Figura 30 - Pescadores recolhendo a rede.....	66

Figura 31 - Tainha presa na rede.....	67
Figura 32 - Tainhas acondicionadas na caixa com gelo.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos e Metodologias definidos para uso nesta pesquisa.....	37
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conflitos da pesca.....	69
------------------------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Estrutura da dissertação:	18
2. OBJETIVOS DESTE ESTUDO	19
3. REVISÃO DA LITERATURA	20
3.1. Discussão conceitual: Conflitos	20
3.1.1. Conflitos da pesca:.....	22
3.2. Discussão conceitual: Políticas Públicas	26
3.2.1. Políticas Públicas aplicadas no setor pesqueiro:	26
3.2.2.1 Primeira fase(1950 – 2000):O desenvolvimento do setor pesqueiro nacional	28
3.2.2.2. Fase atual (pós ano 2000): a preocupação social.....	31
4. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
5. TRABALHO DE CAMPO	42
5.1. As reuniões:.....	43
5.2. As visitas à comunidade:	48
5.3. As entrevistas em profundidade:	53

6. RESPONDENDO AOS OBJETIVOS – RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
6.1. Caracterização da Colônia Z3 (objetivo a)	58
6.2. A pesca artesanal da tainha na região em estudo (objetivo a).....	63
6.3. Conflitos presentes no contexto da atividade da pesca artesanal realizada por pescadores da Colônia Z3 (objetivo b).....	68
6.4. Políticas públicas presentes no contexto da atividade da pesca artesanal realizada por pescadores da Colônia Z3 (objetivo c).....	79
6.5. Análise da relação entre conflitos e políticas públicas na Colônia Z3 (objetivo d): Pescadores Antigos X Pescadores Novos.....	82
6.6. Ajustes e recomendações propostos às políticas públicas para o setor pesqueiro, a partir do caso analisado (objetivo e):.....	87
7. CONCLUSÃO:.....	91
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
8.1. Referência das Figuras.....	101
9. ANEXO	102

1. INTRODUÇÃO

Ao falarmos em gerenciamento costeiro, uma das palavras mais recorrentes é conflito. A partir desta observação, surgiu a motivação para entender no âmbito o que implicam os conflitos em zonas costeiras, especificamente os de uma das atividades mais tradicionais para os povos que habitam as regiões costeiras, a atividade pesqueira.

Estima-se que atualmente 520 milhões de pessoas (8% da população mundial) dependem direta ou indiretamente da atividade pesqueira, gerando uma receita em torno de US\$220 e 235 bilhões anualmente. Quanto à alimentação, a pesca constitui, em muitos casos, a principal fonte protéica para a população costeira, suprimindo ainda em torno de 15% das necessidades protéicas de pelo menos 3 bilhões de pessoas ao redor do mundo (Sumaila et al. 2011; Isaac et al. 2006, 181).

Entre os tipos de pesca extrativa existentes, os dois que se destacam são a pesca industrial e a pesca artesanal. Embora a pesca industrial movimente a maior parte da economia advinda desta atividade, a pesca artesanal tem inegável importância social ao envolver a maior parte desta população. Segundo publicação do Departamento de Pesca e Aquicultura da FAO (Food and Agriculture Organization of United Nations) a pesca artesanal emprega mais de 90% dos 35 milhões de pescadores que trabalham diretamente com a captura de pescado ao redor do mundo, bem como mais de 84 milhões de pessoas empregadas em trabalhos associados como processamento, distribuição e comercialização. Isso sem contar os outros milhões de pessoas que buscam na pesca de pequena escala uma alternativa de renda ocasional (FAO 2010, 10).

Apesar da importância da atividade pesqueira, ela é pouco considerada na gestão costeira por uma série de motivos que vão desde a complexidade da atividade em si, até o pouco retorno financeiro quando comparada a outras atividades costeiras, tais como turismo e exploração petrolífera. Porém, apesar da delicadeza e dificuldade de lidar com a pesca na gestão costeira, a necessidade de incluir esta tradicional atividade de inegável importância, tanto social como de segurança alimentar, justifica os esforços de aportar conhecimentos para a gestão costeira.

Embora grande parte da atenção científica relacionada ao setor pesqueiro recaia sobre os perigos de sobrepesca e das medidas necessárias para conservação e restauração dos recursos marinhos, o entendimento sobre os conflitos na pesca é um tema presente na

experiência diária dos pescadores, algumas vezes mais do que o declínio nas capturas, segundo Bavinck (2005), e é esta postura que o presente estudo assume.

Todavia, simplesmente entender conflitos de pouco adianta. Partindo para a prática, pareceu pertinente entender como estes conflitos se relacionam com questões de governança, por exemplo, entendendo o papel de políticas públicas dentro do setor pesqueiro.

Desta forma, a ideia central deste estudo está em entender as relações entre conflitos e políticas públicas na pesca, pois conforme Charles (1992), em qualquer sistema bio-socio-econômico complexo e dinâmico como é estabelecido pelo setor pesqueiro, com suas interações entre recursos naturais, humanos e entre instituições, os conflitos estão presentes. Além disso, são potencializados nas disputas, como coloca Ascelrad (2004) pela dificuldade de se definir a propriedade sobre o recurso.

Charles (1992) difere entre conflitos internos, envolvendo atores ligados diretamente à atividade pesqueira (pescadores e os processadores – indústrias pesqueiras, por exemplo) e conflitos externos, relacionados com a competição por espaços e recursos (tais como os aquicultores, silvicultores e empresários do turismo, que não se envolvem diretamente com a pesca, mas disputam o mesmo espaço para atividades). Permeando a dualidade conflitos internos/externos, o autor destaca ainda a existência de conflitos filosóficos que desencadeiam debates sobre a propriedade do recurso, e conflitos institucionais de gestão do recurso.

Bavinck (2005) retrata a incidência de conflitos no setor pesqueiro mundial, descrita por vários autores. Em seu estudo, ressalta que a evidência sobre conflito na pesca é volumosa e cita exemplos de estudos de diferentes regiões geográficas do mundo, principalmente para a Ásia, com os estudos de Bailey (1997) no sul da Ásia e Anderson (1987) na Malásia, Zerner (2003) na Indonésia, Bavinck (2001) também no sul da Ásia e Eurásia, entre outros autores, cita Berkes et al. (2001) destacando a ocorrência de conflitos entre os setores pesqueiros de pequena escala e industrial, “do Senegal ao Canadá e da Indonésia a Barbados”. Entretanto Bavinck destaca que evidências na literatura para África e América Latina são mais escassas.

No Brasil, entre a literatura que retrata, e busca entender os conflitos no setor pesqueiro com intuito de apontar resoluções, podemos citar os estudos de Diegues (1994), sobre ocupação do espaço e os conflitos aí gerados (entre a população tradicional deste espaço e outros usos e ocupações). Há ainda outros estudos mais descritivos, sobretudo com caráter antropológico. É o caso de Adomilli (2010) que aponta os conflitos territoriais dos pescadores locais *versus* “os outros” – pescadores de outras localidades, que se deslocam em busca do

recurso, citando o caso dos pescadores de Santa Catarina que pescam em águas no Rio Grande do Sul.

Há também o trabalho de Furtado (2004) que apresenta baseado em um estudo etnográfico da região amazônica, as diferentes percepções da noção de territorialidade, extrapolada da terra para a água, desde os pescadores artesanais aos pescadores industriais. Assim, constrói uma tipologia de conflitos existentes neste ambiente, a fim de contribuir para o conceito de *conflitos ambientais*, considerando a discussão através de diferentes óticas, de forma pluridisciplinar e visando refinar este conceito a partir do entendimento de suas dinâmicas em contextos qualitativamente diferenciados.

A manifestação dos conflitos pode resultar em discussões de elevado grau de tensões. Portanto, o entendimento dos diferentes tipos de conflitos que se manifestam no processo da exploração do recurso pesqueiro estabelece-se como suporte aos debates e argumentações para tomada de decisões quanto ao melhor arranjo na exploração do recurso pesqueiro e no desempenho do setor como um todo. De outra forma, o não conhecimento e entendimento dos conflitos na pesca pode contribuir para a negligência em aspectos da gestão, refletindo no processo de tomada de decisão para o segmento pesqueiro.

Na compilação do estudo preparado pelo grupo temático Modelo Gerencial da Pesca, do Projeto RECOS (Isaac et al. 2006), que abrange sete Estados do litoral brasileiro, apresenta, entre vários dados sintetizados, informações sobre as políticas públicas empregadas pelo governo e descrição dos diversos conflitos existentes. O grupo de pesquisadores identificou, entre outros fatores, que “... políticas públicas de fomento promovidas pelo estado têm sido invariavelmente geradores de conflitos devido à ineficiência na implementação...” (Isaac et al. 2006, 185).

Ressalta-se, ainda, que “a análise histórica das políticas voltadas para a atividade pesqueira no Brasil demonstra que essas atuaram em dois sentidos: estabelecer regulamentações e conceder incentivos à produção.” (Abdallah 1998). Para este estudo coloca-se a questão de como a implementação de uma ação política para a pesca (por exemplo, financiamento à pescaria artesanal via pronafinho¹, ou pagamento de seguro desemprego para pescadores artesanais) afeta os conflitos na pesca.

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Especial, financiado pelo BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento.

Diante das proposições acima esboçadas, este estudo tem como objetivo identificar, caracterizar e entender os conflitos na pesca e sua relação com a política pública para a pesca no país. Este entendimento é de fundamental importância no sucesso de gestão dos recursos pesqueiros, aportando na discussão sobre uma política orientada para o desenvolvimento sustentável da atividade em suas diferentes dimensões (social, econômica, política, e também, ambiental).

Para realizar este objetivo central se estabeleceu como área de estudo a Colônia de Pescadores Z3 – localizada na região estuarina da Lagoa dos Patos, RS, Brasil (figura 1), e como foco de análise para os conflitos existentes, a pesca artesanal de tainha (*Mugil platanus*).

Dentre as várias comunidades pesqueiras desta região, a Colônia Z3 se destaca como uma das três principais pela quantidade de tainha capturada (aproximadamente 30 % do total capturado artesanalmente no Rio Grande do Sul, segundo Silva (2003, 16)) e número de pescadores artesanais envolvidos com a pesca de tainha² (Hellebrandt et al. 2010).

Além deste dado significativo em relação à captura de tainha, este estudo contribui para o banco de dados de um estudo maior que analisa as dimensões humanas da pesca de tainha na região estuarina da Lagoa dos Patos³. Outro ponto forte para a escolha da Colônia Z3 é a particularidade que esta apresenta em relação às outras colônias de pesca da região quanto à atual figura representativa do presidente do Sindicato dos Pescadores de Pelotas, o que não ocorre nas outras duas comunidades mencionadas. Maiores detalhes sobre esta figura representativa serão esboçadas posteriormente, nos itens referentes ao trabalho de campo e caracterização da Colônia Z3.

A análise sobre a atividade de pesca artesanal se justifica por ser evidenciado, sob diferentes âmbitos – conforme literatura já mencionada -, a presença dos conflitos. Corroborando com esta assertiva, num estudo realizado por Csirke (1983) para a FAO⁴, o

² De acordo com entrevista realizada pela autora com pescador artesanal no dia 25 de maio de 2010, na região estuarina da Lagoa dos Patos a tainha é capturada por pescadores das comunidades do Bosque (Rio Grande), Colônia Z3 (Pelotas) e Capivaras (São José do Norte).

³ IAI – CRN2076. Atividades de campo já estavam em andamento na comunidade do Bosque, citada na nota anterior.

⁴ Food and Agriculture Organization of the United Nations.

autor constrói um quadro⁵ relacionando as atividades de exploração de recursos pesqueiros e seus potenciais para conflitos. Neste quadro, a pesca artesanal é identificada pelo autor como o setor com o mais elevado potencial para conflitos, fato impulsionado por se tratar do setor com mais inter-relação com outros setores e com concorrentes na exploração de recursos pesqueiros.

A tainha, segundo Reis e D’Incao (2000), é um importante recurso pesqueiro na região estuarina da Lagoa dos Patos, se destacando como atividade econômica de vital importância aos 3500 pescadores artesanais da região.



Figura 1 – Localização da cidade de Pelotas em relação à América do Sul
(fonte: Google 2012)

⁵ O quadro formulado por Csirke pode ser conferido no Anexo desta dissertação.

1.1. Estrutura da dissertação:

A partir do exposto nesta introdução, o texto que se segue está estruturado da seguinte forma:

Descrição dos objetivos, geral e específicos deste estudo. Na sequência, o referencial teórico que orienta a pesquisa, baseado na discussão sobre o conceito de conflito, e uma revisão do conceito de políticas públicas. A revisão da literatura foi direcionada aos conflitos da pesca, citando exemplos de conflitos identificados em estudos, tanto internacionais, quanto no âmbito brasileiro. A discussão das políticas públicas aplicadas ao setor pesqueiro no Brasil foi feita de forma descritiva, finalizando este capítulo graficamente, com a formulação de uma linha do tempo.

A seguir, apresentamos a metodologia utilizada para atingir os objetivos propostos, expondo brevemente o conceito e como foram aplicadas neste estudo.

O próximo capítulo expõe um pouco do que foi o trabalho de campo, com breves resumos de cada atividade realizada.

Já na parte final do trabalho, no capítulo intitulado “Respondendo aos objetivos – resultados e discussões” os itens foram dispostos para responder cada um dos objetivos propostos a seguir.

Para concluir, apontamos algumas contribuições para o gerenciamento costeiro integrado, baseadas no entendimento dos conflitos aqui analisados.

2. OBJETIVOS DESTE ESTUDO

O objetivo geral deste estudo é o de identificar e entender os conflitos existentes na pesca artesanal e sua relação com as políticas públicas pesqueiras, utilizando a Colônia Z3 como área de estudo.

Para atingir este objetivo, propõe-se especificamente:

- a) Descrever o contexto socioeconômico da Colônia de pescadores Z3 e caracterizar a importância socioeconômica da pesca da tainha na região estudada;
- b) Identificar, caracterizar e analisar os conflitos atuantes no contexto da pesca da tainha realizada por pescadores artesanais da Colônia Z3;
- c) Caracterizar as políticas públicas atuantes sobre a pesca da tainha praticada por pescadores da colônia Z3;
- d) Relacionar os conflitos identificados em “b” com as políticas públicas atuantes sobre a pesca da tainha praticada por pescadores da Colônia Z3, identificadas em “c”;
- e) Propor, a partir dos resultados identificados em “d”, ajustes ou recomendações às políticas públicas para o setor pesqueiro.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo apresentamos uma leitura dos conceitos que estamos abordando neste estudo a partir de uma discussão geral do que significa falar em conflitos e políticas públicas. Na sequência a cada definição geral, especificamos como estes temas são abordados no setor pesqueiro.

3.1. Discussão conceitual: Conflitos

O sociólogo britânico Anthony Giddens apresenta em seu livro “Sociology”⁶ alguns conceitos básicos para lidar com a teoria social e entre eles, define conflito como “antagonismo entre indivíduos ou grupos na sociedade” (Giddens 2000, 732).

Na definição apresentada no Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio, conflito é definido como “o choque para o acesso e distribuição de recursos escassos”, e este se dá a partir da “interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades” (Pasquino 2002, 225).

Esta definição nos remete a observar que Pasquino define conflito como uma forma de interação. Da mesma forma que a cooperação, o conflito é uma interação entre atores sociais. Ao interagirem em busca de seus objetivos, que podem incluir o controle sobre recursos escassos, estabelecem-se os conflitos.

De acordo com Pasquino (2002), o conflito é encarado como positivo ou negativo. Na sua definição, destaca as diferentes visões de pensadores, desde os que encaram o conflito como uma patologia social, interferindo na harmonia da sociedade, até os que visualizam a questão dos conflitos como algo inerente à sociedade, e faz com que as mudanças ocorram.

Para os pensadores funcionalistas⁷, o conflito é uma disfunção, uma patologia social (Durkheim 2001)⁸ ou seja, é o produto do mau funcionamento do sistema, causando obstáculos e problemas. (Pasquino 2002).

Por outro lado, os conflitos podem ser benéficos, como destacado no primeiro módulo do curso “Direitos Humanos e Mediação de Conflitos”⁹, onde podemos citar como

⁶ 1ª edição no idioma original em 1989.

⁷ Funcionalistas entendem a sociedade a partir das instituições, considerando que cada instituição social existe com uma função de satisfazer necessidades individuais.

⁸ Ao fazer analogia do funcionamento do sistema da sociedade com o corpo humano, Émile Durkheim identifica situações que fogem da normalidade do funcionamento deste sistema, atribuindo a terminologia Patológica para estas situações. O surgimento de um conflito, sob a ótica de um dos pensadores funcionalistas seminais, é uma doença que vai contra o funcionamento normal da sociedade.

benefícios do conflito: estimulam o pensamento crítico e criativo; melhoram a capacidade de tomar decisões; nos lembram de que sempre existem opções; incentivam formas diferentes de encarar problemas e situações; melhoram relacionamentos e o respeito pelas diferenças; e promovem autoconhecimento.

Neste sentido, cabe pensar no conflito como uma ação para a mudança *no* sistema, ou uma mudança *do* sistema¹⁰, pois “resulta em elemento ineliminável que conduz à mudança social, política, internacional” e é “ineliminável a longo prazo, porque a curto e a médio prazo, [...] pode ser sufocado ou desviado. É nesta fase que intervêm os instrumentos políticos através dos quais os sistemas contemporâneos procuram abrandar o impacto dos conflitos sobre suas estruturas.” (Pasquino 2002, 228).

Para a análise dos conflitos, recorreremos ao proposto por Nascimento e Drummond (2001) *apud* Theodoro (2004)¹¹ sobre os quatro elementos centrais que devemos nos atentar:

- *Os atores*: indivíduos, grupos, organizações ou Estados que têm identidade própria, reconhecimento social e capacidade de modificar seu contexto, não se esquecendo que estes são movidos por interesses, valores e percepções que são próprias a cada um;
- *A natureza*: os conflitos têm natureza diferente, por isso eles podem ser de natureza econômica, política, ambiental, doméstica, internacional ou psíquica, entre outras.
- *Os objetos*: sempre escassos ou vistos como tais, podem ser material ou simbólico, profano ou sagrado, público ou privado, e assim por diante.
- *As dinâmicas*: cada conflito, segundo sua natureza, tem uma história própria, uma forma de evoluir, conhecendo períodos mais ou menos intensos, mais ou menos rápidos¹².

Pois, “em muitos conflitos gerados em torno da disputa pelo uso de determinados recursos naturais, ocorre uma trama entre os atores, com dinâmicas que precisam ser contextualizadas, uma vez que envolvem aspectos históricos, culturais e éticos, muitas vezes submersos ou invisíveis.” (Theodoro 2004).

⁹ Curso promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, utilizando plataforma de Ensino à Distância com o total de 66 horas/aula, no qual participei durante o período de agosto a outubro de 2010. Mais informações sobre este curso em: <http://ead.itsbrasil.org.br/>

¹⁰ Grifos do autor no texto consultado: Pasquino (2002, 227).

¹¹ A técnica de análise de conflito desenvolvida por Nascimento e Drummond (2001) foi parte de material elaborado em curso à distância pela Universidade de Brasília. O conteúdo não está mais disponível na plataforma virtual, e a única referência encontrada foi no texto de Theodoro (2004).

¹² Entenda-se *natureza* como “característica do conflito” e *objetos* como “recursos considerados”.

3.1.1. Conflitos da pesca:

Voltando ao ponto em que o conflito se dá no objetivo do controle de um recurso escasso, podemos dizer que na base dos conflitos da pesca, está a natureza do recurso.

O recurso pesqueiro é um recurso de livre acesso e propriedade comum (common-pool resource (Ostrom 1999)), gerando dilemas no seu uso, como por exemplo, a exploração por um usuário implicando na menor disponibilidade para os outros. Este fato leva a uma disputa entre usuários, podendo culminar numa espécie de “corrida de quem pesca mais” (“race to fish”), com consequências severas ao estoque pesqueiro (Pauly 1998). E como exposto, a natureza da exploração do recurso pesqueiro evidencia uma condição da existência humana¹³: a acumulação de propriedade, pois “sem a propriedade, como disse Locke, 'de nada nos vale o comum'.” (Arendt 2005, 81)

Neste sentido, Charles (1992), além de diferir entre conflitos internos e conflitos externos da pesca, como citado anteriormente, monta uma tipologia de conflitos, classificando-os nos 4 tipos listados abaixo:

(1) Jurisdição da pesca – conflitos relacionados aos direitos de propriedade, papel do governo, e conflitos intergovernamentais. A questão do recurso comum é primordial, questionando-se “quem é o dono do pescado”, “quem controla o acesso” e “qual o papel do governo neste contexto” (Charles 1992, 381).

O que nos leva ao segundo tipo de conflito: (2) Mecanismos de gestão – relacionado diretamente a questões de curto prazo sobre o desenvolvimento e implementação dos planos de gestão da pesca; os conflitos na execução da gestão; conflitos de interação entre pescadores e governo – enfatizando a relação entre pescadores e governo na tentativa de gestão dos recursos pesqueiros.

O terceiro tipo de conflito está relacionado às questões internas (3): Como se dá a distribuição própria no sistema pesqueiro – conflitos por diferentes tecnologias e artes de pesca; conflitos entre diferentes grupos de pescadores; conflitos entre pescadores e comerciantes do pescado. Na relação entre as diferentes escalas de atores da pesca (artesanal,

¹³ Hannah Arendt apresenta uma discussão interessante de que a necessidade humana de propriedade está relacionada à demonstração pública do privado. Ou seja, mais do que satisfazer as necessidades básicas, acumular e privatizar o comum confere ao indivíduo importância publicamente. (Arendt 2005, 59-78)

industrial ou esportiva) e as diferentes tecnologias para lidar com a captura do recurso pesqueiro estabelecem-se estes conflitos.

Por fim, o autor coloca os conflitos causados por relações externas (4) – pescadores locais *versus* pescadores de outras localidades, pescadores *versus* aquicultores, pesca *versus* outros usos aquáticos – que são os conflitos envolvendo a área física em que as atividades são desenvolvidas em sobreposição, por exemplo, os setores não pesqueiros tais como turismo e exploração de petróleo disputando a área utilizada para pesca.

É importante ressaltar que Charles (1992) alerta serem estes quatro tipos de conflito não excludentes, ou seja, o mesmo ator social pode estar envolvido em dois ou mais destes quatro tipos de conflitos ao mesmo tempo.

O autor apresenta ainda uma referência para entendermos as raízes dos conflitos. Através da figura de um triângulo, expõe três paradigmas que permeiam a atividade pesqueira. O triângulo paradigma, como denominado na literatura, é composto de diferentes visões de mundo que correspondem aos seguintes objetivos políticos: - Paradigma da conservação: visão de mundo relacionado ao objetivo político biológico, de conservação do estoque; - Paradigma da racionalização: visão de mundo focada na eficiência econômica e geração de riqueza; - Paradigma social/comunitário: visão de mundo que objetiva o bem estar da comunidade, equidade distributiva e outros benefícios sociais e culturais. Através desta figura geométrica, o autor coloca que “conflitos pesqueiros podem ser vistos refletindo as tensões entre os três cantos do triângulo, com propostas políticas ‘extremas’ aproximando-se de um dos cantos deste triângulo, e tentativas de resoluções para o conflito visando o meio termo” (CHARLES 1992, 384).

Contudo, Bavinck (2005) faz uma crítica contundente à visão de Charles (1992) e seu triângulo paradigma. Segundo Bavinck (2005) o que Charles (1992) faz ao colocar as diferentes partes conflitantes dentro de um mesmo campo (pressupondo os três cantos do triângulo) exige que as partes tenham visões de mundo semelhantes o suficiente para estabelecer conexões. Além disso, as críticas de Bavinck (2005) recaem sobre o fato de Charles (1992) pretender um esquema universal para entendimento dos conflitos, sem considerar diferenças culturais como fatores centrais para o entendimento dos conflitos em cada contexto particular. O autor ainda chama atenção ao fato de Charles (1992) remover as motivações pessoais dos atores sociais do centro do entendimento dos conflitos, não

considerando as conexões entre diferentes visões de mundo e interesses econômicos e institucionais.

No estudo de Isaac et al. (2006), citado anteriormente, há uma síntese de dados sobre “conflitos na pesca” para cada um dos sete Estados litorâneos do Brasil, incluídos no projeto RECOS – Uso e Apropriação de Recursos Pesqueiros.

Nos dados do estado do Pará, os autores apresentam os conflitos existentes a partir do “considerável número de litígios pelo uso dos recursos pesqueiros” (Isaac et al. 2006, 32) e descreve diferentes situações conflituosas que se estendem desde as águas interiores até a plataforma continental.

Para o estado do Maranhão, o estudo aponta tanto conflitos relacionados a diferentes tipos de embarcação e arte de pesca, como quanto os das “mais diversas atividades (turismo, residências de veraneio, garimpo, maricultura, extração de petróleo, etc.) [...] com as populações residentes” (Isaac et al. 2006, 64).

No estado de Pernambuco, Lessa et al. (*in* Isaac et al. 2006, 82) apresenta um conflito entre uma APA (Área de Proteção Ambiental) e os pescadores proibidos de pescar nesta área. Também são ressaltadas situações conflituosas geradas a partir da inserção de aquicultura, da poluição dos rios e estuários por parte de usinas, e dos procedimentos de pesca impactantes sobre o ambiente, prejudicando a preservação de espécies.

No Espírito Santo, um dos principais conflitos apontados se dá na questão da falta de investimentos em infraestrutura para atracação das embarcações, prejudicando a atividade pesqueira (Isaac et al. 2006, 113).

No estado do Paraná, os conflitos são classificados em dois tipos: os internos aos sistemas de produção pesqueira, e os com o exterior - “restrições legais e problemas institucionais, pressão do mercado” (Isaac et al. 2006, 135).

Em Santa Catarina, os conflitos descritos são relativos às diferentes frotas pesqueiras (desde nacionais ou estrangeiras, até as diferentes artes de pesca), e ainda com outras atividades na zona costeira, como a pesca e os praticantes de surf (Isaac et al. 2006, 155).

Por fim, para o estado do Rio Grande do Sul, os conflitos identificados vão desde os diferentes segmentos da pesca (artesanal *versus* industrial), ressaltados pelas diferentes estruturas das frotas e das técnicas de exploração de recursos pesqueiros, e também pela diferença da intensidade de fiscalização entre pesca artesanal e pesca industrial, até os

conflitos relacionados aos diferentes usos da zona costeira, de conservação da biodiversidade e fauna carismática, e ainda conflitos interinstitucionais (Isaac et al. 2006, 174-175).

Furtado (2004, 58) coloca a questão de territorialidade como central à existência de conflitos na pesca. Para a autora, “os conflitos da pesca começam exatamente pela apropriação e uso desses territórios aquáticos, os quais se colocam numa posição de fronteira entre o uso para obtenção da subsistência dos referidos grupos e o uso comercial que flui através de uma extensa cadeia de intermediação entre o produtor e o consumidor final”. São “atores sociais diferenciados, cujas percepções em relação a esses territórios são igualmente diferenciadas”.

Esta questão de territorialidade permite delimitar como área de estudo a Colônia de Pescadores Z3, buscando entender como as relações entre conflitos e políticas públicas ocorrem num espaço transformado por atores sociais, a ponto de se estabelecer como território - “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza 1995). Tem-se assim, um espaço com relações de territorialidade, que também impulsionam conflitos. Esta constituição do espaço é apresentada posteriormente, no item 6.1. sobre a caracterização da Colônia Z3.

Alem desses conflitos, no que tange a atividade pesqueira no Brasil, algumas questões institucionais devem ser citadas. O organismo nacional gestor da pesca mudou diversas vezes de nome, competência e interesses nas últimas décadas. Na década de 1980 a gestão fica por conta do IBAMA, porém em 1998 a criação do Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA/MAPA gerando uma confusão de competência de gestão sobre estoques que, se olhados mais aprofundados, são indivisíveis, gerando o que Dias Neto denomina “anarquia oficial” (Dias Neto 2010, 70). Em 2003 a responsabilidade passa para uma nova instituição, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR, que percorre um longo processo de transição, culminando em Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009. Como plano de fundo deste contexto, sempre presente uma disputa com os interesses ambientais do Ministério do Meio Ambiente – MMA e que se reflete na questão das políticas públicas que será esboçada no próximo item.

3.2. Discussão conceitual: Políticas Públicas

Ao buscar compreender os conflitos acerca da atividade pesqueira, e suas implicações, faz-se coerente atentar para a forma de como se dá o processo de regulamentação dos conflitos, compreendendo como o governo atua, enquanto produtor por excelência de políticas públicas. Conforme Little (2001) *apud* Theodoro (2004): “o tema dos conflitos socioambientais é centrado na problemática da resolução por meio da implementação de políticas públicas e de diversas estratégias e de táticas políticas.”

Para isso, recorreremos a algumas definições do conceito de política pública, revistas por Souza (2006). Este autor cita Lynn (1980) ao reportar a política pública como um conjunto de ações do governo para produzir efeitos específicos, Dye (1984) ao retratar que políticas públicas são elaboradas de modo a atender “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, e ainda Laswell (1936) definindo políticas públicas como decisões e análises para responder às questões: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz”.

Esta autora conclui sua definição de política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”, e que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (Souza 2006).

3.2.1. Políticas Públicas aplicadas no setor pesqueiro:

Para o entendimento do conceito de políticas públicas pesqueiras, recorreremos ao estudo de Abdallah (1998): a autora esclarece que as “as políticas federais referentes à atividade da pesca no Brasil atuaram em dois sentidos: estabelecendo regulamentações à atividade pesqueira e concedendo incentivos à produção do pescado nacional.” Definindo como políticas de regulamentação da atividade pesqueira aquelas que adotam um “procedimento utilizado pelo Governo para *administrar a exploração* dos recursos pesqueiros de forma racional” e que o “incentivo à produção pesqueira é um procedimento de *promoção ao desenvolvimento* da atividade pesqueira.” (Abdallah 1998, 38).

É também necessário chamar atenção para a relação das políticas públicas com a questão ambiental. Em sua lógica de ação, as políticas de promoção à pesca por parte do setor público implicam no estímulo ao aumento da captura do pescado, e sendo este um recurso natural renovável, com características de bem público e de difícil imposição de direitos de propriedade, sua existência é quase sempre ameaçada pela pesca excessiva. Um exemplo de política pública para a pesca é o crédito rural, um instrumento para “incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais.” (BRASIL 2003). Na prática, esta política atua mais como incentivo para a captura do pescado ao fornecer recursos financeiros para aquisição ou melhoria de petrechos de pesca, tais como redes e embarcações, sem preocupação de fato com a exploração racional do recurso natural renovável, porém exaurível, enquanto promoção do desenvolvimento sustentável (Souza & Pit 2008). Cabe aqui ressaltar a crença difundida de que as riquezas do mar brasileiro são inesgotáveis, refletindo-se na política desenvolvimentista que incentivou a exploração dos recursos pesqueiros nas décadas de 1960 e 1970, principalmente.

Para melhor compreendermos, apresentamos uma sequência histórica das políticas públicas de promoção à atividade pesqueira, divididos em duas etapas que correspondem a forma de sistematização da revisão bibliográfica.

A primeira etapa abrange o período até o final da década de 1990, e é baseada nos estudos de Patrícia Raggi Abdallah (1998), Marco Aurélio Alves de Souza (2001) e Tanara Rosângela Vieira Sousa (2003).

Estudos que abordam as políticas públicas para o setor pesqueiro do ano 2000 em diante, são raros. Esta segunda etapa baseou-se, sobretudo, em quatro fontes: a palestra “Economia pesqueira, subsídios e sustentabilidade” (Abdallah 2010) durante a conferência “Impactos dos subsídios à pesca no Brasil” no IV Congresso Brasileiro de Oceanografia, em maio de 2010; o documento “Prestação de Contas do Presidente da República/2009”¹⁴; as comunicações geradas a partir das três Conferências Nacionais de Aquicultura e Pesca que aconteceram até a presente data; e em uma apresentação de Ideli Salvatti ao Senado brasileiro, no início do ano de 2011, quando então Ministra da Pesca.

¹⁴Disponível em:

<<<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2009/Arquivos/5126.pdf>>>
acesso em 30 – set – 2011.

Ao final desta descrição, indicamos graficamente em uma linha do tempo, em que momento entrou em cena cada uma das políticas públicas listadas pelos autores mencionados.

3.2.2.1 Primeira fase (1950 – 2000): O desenvolvimento do setor pesqueiro nacional

A partir da década de 1950, com a política desenvolvimentista nacional, o governo passou a investir em incentivos fiscais no sentido de desenvolver setores com peculiaridades específicas, e neste contexto se encaixa o setor pesqueiro. Dentre as políticas de promoção da atividade pesqueira, estão os benefícios fiscais às atividades do setor, e a possibilidade de crédito rural, além de outros instrumentos econômicos de promoção ao desenvolvimento do setor.

Na década de 1960 foi criada a SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), e instituído um Grupo Executivo de Desenvolvimento Industrial da Pesca, que teve, entre outros objetivos, o de promover a indústria pesqueira no Brasil, realizando acordos com órgãos nacionais e internacionais, incentivando convênios e pesquisas no setor, além do estabelecimento de outras políticas mais diretas, tais como a isenção do ICM¹⁵ sobre pescado *in natura*, redução da alíquota sobre exportação de congelados, e crédito de ICM na aquisição de equipamentos provenientes de indústrias nacionais. Vale notar que a criação da SUDEPE e a postura incorporada pelo governo brasileiro respondem ao incentivo da FAO para o aumento da produção pesqueira nos países, chamados na época, de 3º mundo.

Ainda nesta década, a Lei nº 4.829 de 5 de novembro de 1965 criou o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), regulamentado pelo Decreto 58.380 de 10 de maio de 1966, com objetivos de fomento e incentivo ao desenvolvimento. Porém, o crédito rural destinado à pesca foi uma parcela ínfima, segundo a análise de Sousa (2003), sempre menos de 1% do total do crédito rural no Brasil. Além disso, segundo Souza (2001), a maior parte deste recurso foi captada pela pesca industrial, devido à necessidade de apresentar garantias, na maioria das vezes, quase impossível ao pescador artesanal. A partir de 1985, os créditos passaram a ser direcionados também para a piscicultura e à pesca artesanal.

O Decreto-Lei nº 221 de 1967 estabeleceu, além de incentivos fiscais para o desenvolvimento industrial da atividade pesqueira nacional, embasamento legal para o

15 Imposto sobre Circulação de Mercadorias, posteriormente passando a ser conhecido por ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

ordenamento do setor. Através de um plano nacional de desenvolvimento da pesca, buscou-se estimular o aumento da produção pesqueira, da produtividade e rentabilidade do setor. O objetivo era o aumento de renda e poder de compra dos atores vinculados ao setor pesqueiro, a estabilização e o aumento do número de empregos, e a melhoria das condições sociais dos pescadores artesanais. Além disso, estabeleceu-se regulações para fiscalização a fim de evitar a pesca não sustentável.

Como medida efetiva do benefício fiscal, no ato do lançamento do Decreto-lei 221/67, foi aprovada a redução de até 25% no imposto de renda devido, para os setores ligados à atividade pesqueira, podendo chegar esta redução em até 50% nos projetos aprovados na SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) ou SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Em 1972, com uma reavaliação do benefício fiscal já mencionado, a redução no imposto de renda foi prorrogada até 1989, porém agora com 12,5% de redução para as pessoas jurídicas que já exerciam atividade pesqueira. Ainda como benefício fiscal consolidado pelo Decreto-lei 221/67, houve isenção sobre o imposto de importação de equipamentos para a captura, transporte, indústria e comércio, caso o projeto fosse aprovado na SUDEPE.

Na década de 1980, começaram os investimentos por parte do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), destinando recursos para o setor rural. Porém, comparados à captação de recursos por fundos de outros setores (florestas, turismo, etc.), o setor da pesca captou menos de 1% do montante total, caracterizando sua ínfima participação enquanto captador de recursos desenvolvimentistas no âmbito setorial do país.

Outra política de benefício fiscal importante para o setor, datada de 1988 foi a subvenção ao óleo diesel para pesca nacional. Foi concedida isenção em torno de 40% na aquisição do óleo diesel, visando equiparar o custo para os produtores nacionais com o preço pago ao combustível no exterior. Já em 1996 uma Medida Provisória aprovou a subvenção de 12% do faturamento do óleo diesel na refinaria, para uso das embarcações pesqueiras industriais nacionais.

Na década de 1990, começaram a atuar também políticas públicas estaduais, tais como FEAPER (Fundo Estadual de Apoio ao Pequeno Estabelecimento Rural) e RS-Pesca (RS-Rural Pesca Artesanal).

Para o Estado do Rio Grande do Sul o FEAPER objetivou o aumento da produção, produtividade e melhoria das condições de vida de trabalhadores rurais. Beneficiou no 1º triênio (anos de 1991 a 1994) 91 pescadores artesanais com o valor total de R\$ 162.970,00. No segundo triênio (anos de 1995 a 1998) foram beneficiados 101 pescadores artesanais, com o valor total de R\$ 300.275,05. Estes valores destinados à pesca artesanal corresponderam a 1,23% do valor total do fundo destinado aos pequenos estabelecimentos rurais.

O RS-Pesca foi implementado com o objetivo de promover melhora de vida e da capacidade produtiva nas regiões carentes do Rio Grande do Sul. Pretendia combater a degradação dos recursos naturais e o êxodo rural, financiando assistência técnica, pesquisa, capacitação, e desenvolvimento institucional, através de projetos para geração de renda, infraestrutura social básica, e manejo de recursos pesqueiros, visando o desenvolvimento social e ambiental integrados.

No âmbito nacional, o Decreto nº1964 de 13 de novembro de 1995 criou o SINPESQ – Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura, com o objetivo de subsidiar o governo na gestão e elaboração de políticas públicas para o setor.

Ainda na década de 1990, surgiu o PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar, criado em 1996 e regulamentado para a pescaria artesanal pela resolução do Banco Central nº 2.049 de 1997. Foi estabelecido com o objetivo de fornecer apoio ao desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, aumentando produção e melhorando capacidade produtiva, gerando emprego e renda.

O PRONAF atuou em três frentes: PRONAF M: destinado a infraestrutura e serviços, com fundo perdido para municípios com projetos de desenvolvimento; PRONAF C: crédito rural para custeio e investimentos; e PRONAF Capacitação, destinado à profissionalização do agricultor familiar.

Para o Estado do Rio Grande do Sul foi destinado 30% de crédito oriundo do PRONAF. Especificamente para o setor pesqueiro da cidade de Pelotas, em 1998 e 1999 este município absorveu 12,7% e 24,8% do total de crédito via PRONAF à pesca do Rio Grande do Sul, respectivamente. É importante ressaltar que este percentual foi elevado por destinar-se a amenizar um desastre ecológico que repercutiu em consequências sociais negativas, conhecido como o derramamento de ácido do navio Bahamas, em 1998¹⁶.

16 Estes valores têm como fonte o Banco Central do Brasil, segundo Souza, 2001.

Outra política pública que deve ser destacada é a extensão do seguro desemprego ao pescador artesanal, através da Lei nº8. 287, de 20 de dezembro de 1991, revogada pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Esta política garante que o pescador artesanal “fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso¹⁷ de atividade pesqueira para a preservação da espécie”¹⁸.

3.2.2.2. Fase atual (pós ano 2000): a preocupação social

Durante esta última década, as iniciativas e ações federais para o setor pesqueiro apontam para a valorização das questões sociais, como reflexo tanto da ideologia do partido que assumiu o poder em 2002 e mantêm-se ainda hoje (PT – Partido dos Trabalhadores), como de alguma preocupação mundial com a gestão dos recursos naturais, e ainda, de segurança alimentar.

Em 2003 foram criadas a SEAP/PR (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca / Procuradoria da República) e o CONAPE (Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca) através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003¹⁹. Em novembro deste ano, foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, durante a 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca²⁰.

A criação da SEAP/PR reflete a nova postura do governo federal em relação ao setor pesqueiro, buscando “apostar na sua riqueza potencial, promover a inclusão social e fortalecer cadeias produtivas pensando captura, manejo, produção e comercialização, associando tudo isso à melhoria da qualidade de vida do cidadão brasileiro.”²¹

17 Período de defeso é o período em que a pesca é proibida, portanto é a época em que legalmente o profissional está impedido de exercer sua profissão, visto a proibição de captura de determinadas espécies, com o objetivo de assegurar o período de reprodução das mesmas.

18 Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm#art7>> acesso em 21 – out – 2011.

19 Disponível em: <<<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/conape/estrutura.htm>>> acesso em 21 – set – 2011.

20 Disponível em: <<<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/conferencia/conferencia.htm>>> acesso em 21 – set – 2011.

21 Disponível em: <<<http://www.mpa.gov.br/seap/2conferencia/Resolucoe.html>>> acesso em 26 – set – 2011.

Esta nova postura busca reparar as estratégias anteriores (ressaltadas na primeira fase), que foram avaliadas da seguinte forma, na 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca²²:

A política anterior do Departamento de Pesca e Aquicultura - DPA/Mapa tinha como diretrizes o desenvolvimento sustentável do agronegócio da pesca e da aquicultura, a geração, adaptação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos e a definição de requisitos de qualidade, sanidade e segurança para os produtos de origem pesqueira. Sua estratégia esteve voltada para o fomento da pesca oceânica na ZEE e em águas internacionais, o desenvolvimento da aquicultura continental e marítima, a recuperação e a racionalização das pescarias costeiras, a inserção competitiva no mercado internacional e a abertura de espaços para a atração de capitais, tendo como vetores estratégicos a pesca oceânica e a aquicultura. Embora tais políticas e estratégias contemplassem, formalmente, a pesca artesanal, a aquicultura familiar e a recuperação das pescarias costeira e continental, na prática, houve um privilégio, quase exclusivo, ao agronegócio da pesca oceânica e a aquicultura. As pescas costeira e continental – artesanal, familiar ou de micro e pequenos armadores – sofreram um processo de estagnação ou de queda, resultado, em parte, do modelo de gestão inadequado e da política aplicada, principalmente, em função da ausência história de um ordenamento apropriado e da consequente sobrexplotação dos estoques.

A partir daí, a política nacional voltada ao setor pesqueiro estruturou-se em três eixos (ou programas estruturantes) denominados de “Desenvolvimento Sustentável da Pesca”, “Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura” e “Gestão da Política Pesqueira”.

As ações destes programas objetivam subsidiar as políticas de ordenamento e desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca e aquicultura, focando nos aprimoramentos para estatística pesqueira e aquícola, no ordenamento dos recursos pesqueiros, na assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, na formação profissional, nas políticas de crédito, na subvenção econômica ao preço do óleo diesel, no sistema de comercialização, na infraestrutura e nos equipamentos. Algumas destas ações, relevantes à estruturação deste capítulo, são descritas a seguir:

Em 2003, foi lançado um projeto para alfabetização de pescadoras e pescadores, denominado Pescando Letras – Brasil Alfabetizado. Até o ano de 2009, o projeto havia alfabetizado em torno de 120.000 trabalhadores do setor pesqueiro.

Em 2004, a Instrução Normativa IN SEAP/PR nº 3 de 2004 estabeleceu o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). “Inclui-se aí o registro e o permissionamento de embarcações pesqueiras, pescadores profissionais, pescadores amadores/esportivos,

22 Disponível em: <<<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/conferencia/html/resolucoes.htm>>> acesso em 30 – set – 2011.

aquicultores, aprendizes de pesca, armadores de pesca, indústrias aquícolas e pesqueiras e empresas de comércio de animais aquíticos vivos”²³.

Na sequência, a Instrução Normativa IN nº09/2005 concedeu a gratuidade da carteira de pescador. Em 2006 aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, com o tema “consolidação da política nacional de aquicultura e pesca”.

Em 28 de agosto de 2007, através da Lei nº 11.516, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), assumindo as atividades de gestão relacionadas às Unidades de Conservação da União. No que concerne à pesca artesanal, a competência do ICMBio fica exemplificada no art.1º- II: “executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União”²⁴.

Em 2008 foi lançado o Plano Mais Pesca e Aquicultura. Dentro deste plano tem-se as diretrizes para fortalecimento do setor, no que se referem à infraestrutura e logística, são “previstas várias ações de recuperação, ampliação e manutenção das unidades integrantes da cadeia produtiva, como os Terminais Pesqueiros Públicos, Centros Integrados da Pesca Artesanal e da Aquicultura, trapiches, entrepostos e estruturas isoladas como fábricas de gelo e unidades de beneficiamento”²⁵.

Segundo o Plano Mais Pesca e Aquicultura, a meta para 2011 seria de 20 Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) novos e/ou reestruturados, e 120 Centros Integrados da Pesca Artesanal e da Aquicultura (CIPARs) implantados.

Ainda dentro de infraestrutura e logística, vale citar alguns dados apresentados pela então Ministra de Estado de Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti ao Senado brasileiro (no início

23Disponível em

<<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mais%20pesca%20eaquicultura/Cartilha_SEAP_final.pdf>> acesso em 30 – set – 2011.

24 Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm>> acesso em 30 – set – 2011.

25Disponível

<<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mais%20pesca%20eaquicultura/Cartilha_SEAP_final.pdf>> acesso em 30 – set – 2011.

do ano de 2011)²⁶: - fábricas de gelo selecionadas por edital, entre os anos de 2004 a 2010: 228, sendo que até o momento da apresentação, no ano de 2011, haviam sido entregues 11 unidades; - caminhões frigoríficos entregues de 2008 a 2011: 118; - caminhões “Feira do Peixe”²⁷ entregues: 44; - lanchas para fiscalização: 28 adquiridas (13 entregues e 15 a entregar).

Para as linhas de crédito, o Plano Mais Pesca e Aquicultura estimou como meta para 2011, o aumento em até 200% de contratos de créditos assinados. As principais linhas de crédito são: Pronaf; FCO (Fundo Constitucional) Rural; Finame Especial (Financiamento de Máquinas e Equipamentos); Prodecoop (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária); Proger Rural (Programa de Geração de Emprego e Renda Rural); Custeio Pecuário Tradicional (para Aquicultura e Atividade Pesqueira de Captura, Conservação, Beneficiamento ou Industrialização do Pescado), bem como o Moderagro II (Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais, para a Aquicultura), o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, exclusivo para a região Norte) e o FNE – Aquipesca (Fundo Constitucional do Nordeste, exclusivo para a região Nordeste).

Ainda em 2008 foi instituído o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), pretendendo servir como base para alimentar o SINPESQ dentro do Plano Nacional de Monitoramento.

O Plano Nacional de Monitoramento objetiva “acompanhar a produção pesqueira e aquícola em todo o território nacional, respeitando-se e adaptando-se às peculiaridades locais e regionais, e valorizando as experiências, conhecimentos e vocações locais”²⁸ utilizando a estrutura do SINPESQ criado em 1995, conforme citado anteriormente.

O desenvolvimento e a implantação do SINPESQ se deram por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, formalizado em agosto de 2009, através de uma parceria entre o

26Disponível em:
<<[http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/docs/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Ministra%20Ideli%20Salvatti%20no%20Senado%20\[Somente%20leitura\].pdf](http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/docs/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Ministra%20Ideli%20Salvatti%20no%20Senado%20[Somente%20leitura].pdf)>> acesso em 30 – set – 2011.

27 Projeto para comercialização em feiras livres e mercados públicos para pescadores artesanais e aquicultores familiares. O projeto objetiva ainda, o fortalecimento das entidades beneficiadas com os módulos de comercialização tanto na sua organização, como na sua capacitação.

28 Disponível em:
<<<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/3conferencia/site/nacional/texto-base-resolucoes2-versao.pdf>>> acesso em 30 – set – 2011.

MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O Sistema conta ainda com o apoio do MMA, IBAMA, ICMBio e Marinha do Brasil.

Em 2009, a Lei n 11.598/2009 estabeleceu a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, em substituição à SEAP, e institui a Lei da Pesca (promulgação da Lei nº 11.959/2009) regulamentando as atividades do setor.

No final do ano de 2009, ocorreu a 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. A 4ª Conferência tem previsão de ocorrer no ano de 2012.

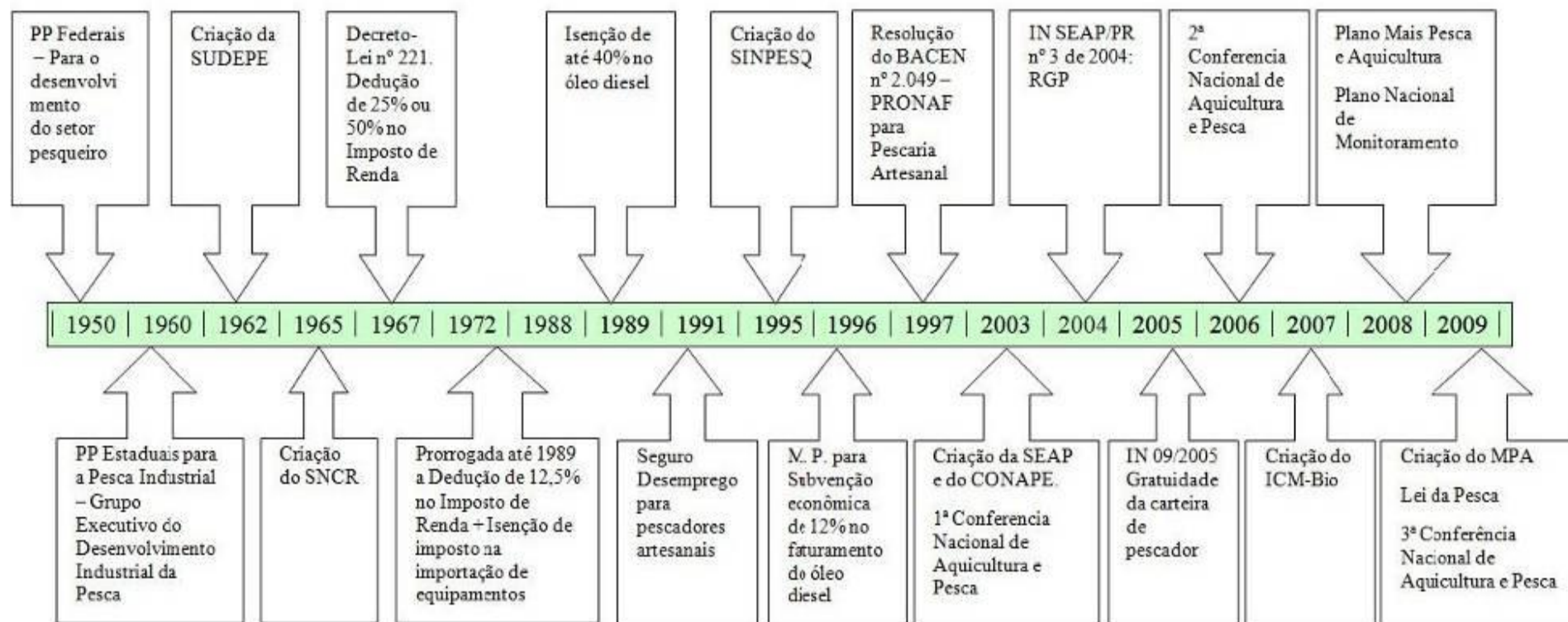
Além dessas ações e políticas públicas específicas ao setor pesqueiro, durante o trabalho de campo, foi possível observar o surgimento de outras²⁹ políticas públicas gerais e com caráter de políticas sociais, destinadas à população de baixa renda, na qual o pescador artesanal se enquadra e tem acessado.

Com esta breve revisão da literatura, num primeiro momento percebe-se a diversidade de conflitos que permeia a atividade pesqueira e na sequência, a quantidade de políticas públicas com foco na atividade pesqueira, hora mais voltada à exploração do recurso, hora mais voltada aos aspectos sociais para os pescadores.

Os exemplos listados servem como bases para identificar quais conflitos ocorrem na Colônia Z3 e, aliando-os às políticas públicas empregadas à atividade pesqueira, é possível avaliar como se dá esta relação, visto que, segundo Isaac et al. (2006, 181 e 185) as políticas de fomento à atividade e as medidas de ordenamento, geram e não evitam conflitos, ao invés de resolver o problema, como proposto por Little (2001) *apud* Theodoro (2004) citado no começo desta revisão de literatura.

²⁹ Estas políticas públicas são explicitadas no item 6.2.2. Quadro de políticas públicas. São elas: Aposentadoria, Bolsa Família, Bolsa Escola e Fome Zero.

Figura 2 - Linha do tempo de Políticas Públicas aplicadas ao setor Pesqueiro



4. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia para atingir os objetivos específicos deste estudo está exposta no quadro abaixo. Após o quadro, são detalhados os procedimentos metodológicos descrevendo os momentos e a forma que foram utilizados.

Quadro 1 – Objetivos e Metodologias definidos para uso nesta pesquisa.

Objetivo	Metodologia
(a) Descrever o contexto socioeconômico da colônia de pescadores na Z3 e caracterizar a importância socioeconômica da pesca da tainha.	Revisão de bibliografia, utilização de dados secundários e dados coletados a partir de observação participante e análise de conteúdo das entrevistas em profundidade.
(b) Identificar, caracterizar e analisar os conflitos atuantes no contexto da pesca da tainha realizada por pescadores artesanais da Colônia Z3.	Formulação de categorias a partir da análise de conteúdo da bibliografia consultada. Observação participante (tanto em visitas à comunidade, como através do acompanhamento de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos ³⁰) e análise de conteúdo das entrevistas em profundidade.
(c) Caracterizar as políticas públicas atuantes sobre a pesca da tainha praticada por pescadores da colônia Z3.	Revisão de bibliografia, utilização de dados secundários, observação participante e análise de conteúdo das entrevistas em profundidade.
(d) Relacionar os objetivos “b” e “c”.	Análise dos dados obtidos em campo através da discussão de um caso identificado, com

³⁰ O acompanhamento das reuniões foi incluído já durante o desenvolvimento da pesquisa, conforme explicitado no item 5.

	suporte de revisão bibliográfica.
(e) Propor, a partir dos resultados identificados em “d”, ajustes ou recomendações às políticas públicas para o setor pesqueiro.	Avaliação da discussão do caso identificado, com suporte de revisão bibliográfica.

A revisão bibliográfica permitiu buscar junto à literatura já existente a base para contextualizar todos os temas abordados neste estudo. Especificamente no item 3.1.1, sobre conflitos na pesca, utilizou-se análise de conteúdo da bibliografia consultada, possibilitando a formulação de categorias a serem verificadas em campo.

Assim, com o conjunto de textos selecionados sobre “conflitos da pesca”, buscou-se destacar os tipos de conflitos que cada autor mencionou. Após este processo, seguiu-se ao agrupamento dos conflitos destacados, categorizando-os, de forma que obedecesse aos seguintes critérios, segundo Fonseca Júnior (2008):

- exclusão mútua (um elemento não pode ser incluído em mais de uma categoria);
- homogeneidade (os elementos de uma categoria devem ser de mesma natureza);
- pertinência (as categorias devem refletir as intenções da investigação);
- objetividade e fidelidade (as categorias devem ser objetivas de forma a garantir a fidelidade dos resultados, caso haja intenção de alguém repeti-los);
- produtividade (o conjunto de categorias deve fornecer resultados férteis, dados e novas hipóteses).

Cabe ainda colocar que categorias “são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionadas.” (Duarte 2008, 79). O resultado deste processo pode ser conferido em um quadro apresentado no item 6.3. e serviu de base para a verificação e caracterização dos conflitos existentes na Colônia Z3.

A utilização de dados secundários remete aos dados socioeconômicos e demográficos divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), registros do MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) e os dados já divulgados sobre o censo da pesca artesanal, desenvolvido pelo ICHI/FURG (Instituto de Ciências Humanas e da Informação / Universidade Federal do Rio Grande)³¹. Estes dados possibilitaram a descrição do contexto socioeconômico da Colônia Z3 e da pesca artesanal de tainha que aí ocorre.

A observação participante, conforme descrita por Angrosino (2009, 34) “não é propriamente um método, mas sim um estilo pessoal adotado por pesquisadores em campo de pesquisa que, depois de aceitos pela comunidade estudada, são capazes de usar uma variedade de técnicas de coleta de dados para saber sobre as pessoas e seu modo de vida.” Logo, é um procedimento de trabalhar a pesquisa etnográfica que, em termos práticos, se aplica nos seguintes casos, segundo Atkinson & Hammersley (1994):

- ênfase em explorar a natureza de um fenômeno social particular;
- tendência para trabalhar principalmente com dados “não estruturados”;
- investigação de um pequeno número de casos;
- análise de dados que envolve interpretação explícita de significados e funções de ações humanas, produto principalmente de descrições verbais.

Angrosino (2009, 58 - 59) enfatiza entretanto que “a boa observação etnográfica implica necessariamente num certo grau de estrutura”, aconselhando o pesquisador a fazer anotações de campo que incluam:

- uma explicação do cenário específico;
- uma relação dos participantes;
- descrições dos participantes;
- cronologia de eventos;
- descrições do cenário físico e de todos os objetos materiais dentro dele;
- descrições de comportamentos e interações;
- registros de conversas ou de outras interações verbais.

³¹ Inicialmente havia intenção de utilizar também dados coletados diretamente no CEPERG/RS-IBAMA (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Lagunares e Estuarinos), sobretudo para caracterização do recurso pesqueiro tainha na região estudada, mas optou-se por utilizar estudos que já analisavam estes dados, conforme explicado no item 6.2.

“É necessário, então, começar a fazer perguntas às pessoas bem informadas na comunidade ou no grupo em estudo. Assim, as entrevistas são uma extensão lógica da observação.” (Angrosino 2009, 61).

A observação participante permite identificar quais são essas “pessoas bem informadas”, bem como delinear algumas questões que deverão ser exploradas na próxima fase, de entrevista em profundidade, conforme definida na tipologia clássica dos papéis do pesquisador, feita por Gold (1958 *apud* Angrosino 2009, 74 – 75): “No papel de *observador-como-participante*³², o pesquisador faz observações durante breves períodos, possivelmente visando a estabelecer o contexto para entrevistas ou outros tipos de pesquisa. O pesquisador é conhecido e reconhecido, mas relaciona-se com os ‘sujeitos’ da pesquisa apenas como pesquisador.” Estas observações foram realizadas nas visitas à comunidade, nos acompanhamentos das reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos e ainda, durante as próprias entrevistas realizadas.

A entrevista em profundidade “não é uma mera versão oral de um questionário”. Embora de natureza aberta, como uma conversa interativa, “ela absolutamente não é desordenada” (Angrosino 2009, 62).

Neste estudo, optou-se por entrevistas abertas, não estruturadas, baseadas em uma questão central como pano de fundo para a entrevista (Duarte 2008). Embora não obedecesse a uma estrutura previamente programada, as entrevistas exploraram a técnica de “história de vida” (Angrosino 2009, 66), de forma a contribuir na relação de confiança construída entre pesquisador e pesquisado, visto que o bom andamento desta relação foi vital para o trabalho de campo, bem como para veracidade das respostas.

A questão central abordada, a relação dos conflitos da pesca com as políticas públicas, foi introduzida de forma a não induzir ao estabelecimento de uma relação pelo entrevistado. A relação foi identificada posteriormente, na fase de análise de conteúdo das entrevistas, buscando as categorias identificadas na revisão bibliográfica.

O registro das entrevistas foi feito através de um gravador digital de voz, de acordo com o consentimento dos entrevistados. As entrevistas foram transcritas para um documento de texto com o auxílio da versão gratuita do software Express Scribe³³, e a

³² Grifos do autor no texto consultado.

³³ Sobre o Express Scribe: <http://www.nch.com.au>

análise de conteúdo das entrevistas foi realizada com o auxílio do software livre Weft QDA³⁴.

Outro procedimento complementar ao trabalho de campo foi registro visual, através de fotografias, contribuindo para os objetivos de descrição e caracterização do contexto estudado.

Ao todo, foram realizadas 3 visitas à comunidade, exclusivas para observação participante, 5 acompanhamentos de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos e 6 entrevistas em profundidade com atores sociais chave identificados nas visitas à comunidade e reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos.

Assim, de acordo com os procedimentos listados, apresentamos informações e resultados que pretendem contribuir nas recomendações às políticas públicas para o setor pesqueiro.

³⁴ Sobre o Weft QDA: <http://www.pressure.to/qda/>

5. TRABALHO DE CAMPO

Para responder aos objetivos propostos por este estudo, as atividades realizadas em campo foram fundamentais, conforme descritas no capítulo anterior sobre metodologia.

Neste item apresentamos um resumo das 3 atividades descritas como “trabalho de campo” a fim de ilustrar como a parte empírica do estudo foi construída, para ir ao encontro do referencial teórico, culminando nos resultados apresentados nos próximos capítulos.

Embora a maior parte dos resultados se apoie nos dados evidenciados nas entrevistas em profundidade, as descrições resumidas aqui apresentadas pretendem chamar atenção ao fato de que o dado buscado muitas vezes está latente na comunidade estudada, reforçando o papel da observação participante e, no caso deste estudo em particular, no acompanhamento de atividades e conversas informais sobre o cotidiano da comunidade.

Por exemplo, ao longo do processo de trabalho de campo, identificamos que as reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos³⁵ seria um forte contributo para os objetivos, passando a integrar o quadro de procedimentos metodológicos para coleta de dados.

Assim, apresentamos as seguintes descrições resumidas: 1. As reuniões – relato sobre as 5 reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos acompanhadas para esta dissertação; 2. As visitas à comunidade – relato sobre 3 visitas à Colônia Z3 e conversas informais com moradores. 3. As entrevistas em profundidade – relato sobre as 6 entrevistas pessoais, com atores sociais chave na comunidade, aprofundando o objetivo deste estudo.

³⁵ “O Fórum da Lagoa dos Patos foi criado em julho de 1996 como uma resposta institucional à crise na pesca estuarina. É um arranjo de co-gestão, iniciado pela Pastoral da Pesca e as Colônias de Pesca, em conjunto com a representação local do IBAMA – CEPERG. Elementos chave dentro desta nova concepção de gestão da pesca vão no sentido de uma parceria cooperativa entre comunidades, organizações governamentais e não governamentais, bem como uma transição para um estilo de negociação e tomada de decisão descentralizado.[...]Na intenção de incluir todas as instituições impactadas pela gestão de recursos costeiros, em geral, e especificamente os pescadores, um total de 21 instituições, representando os principais atores sociais na gestão dos recursos costeiros, foram convidados a participar do Fórum.[...]Participação no Fórum é voluntária, todos os representantes têm direito a falar e a votar.” (Kalikoski et al. 2004)

Contudo, os relatos aqui apresentados são resumos do diário de campo, com caráter ilustrativo e sem a pretensão de reproduzir exatamente e totalmente as atividades que as correspondem. Como reforço, utilizamos imagens destas atividades, que podem ser observadas ao final de cada item. Todas as fotos deste item foram feitas pela autora.

5.1. As reuniões:

- 24 de fevereiro de 2011(figuras 2 e 3): Reunião realizada na Colônia de Pescadores Z3, cidade de Pelotas, RS. O tema da reunião foi “dificuldades dos pescadores”, e contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas, em sua maioria pescadores, mas também representantes de ONGs e órgãos governamentais.

Foram colocadas várias questões por parte dos pescadores, questões que fazem parte do dia-a-dia, que sobretudo dificultam a vivência da profissão, tais como: questões de fiscalização e uso de violência por conta dos órgãos fiscalizadores; preocupações com as dívidas contraídas em empréstimos motivados por políticas públicas, tanto federais quanto estaduais; descontentamento com o tamanho de malha para rede de pesca da tainha, permitido por lei, através de um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), junto aos pescadores; entre outras demandas colocadas nesta reunião com um tema tão “convidativo” à participação dos pescadores.

A participação, tanto das ONGs, quanto das instituições governamentais presentes, foi mais no sentido de responder aos questionamentos levantados pelos pescadores que se manifestaram. Houve ainda um convite para manifestação, que se concretizou nos dias seguintes, na forma de barreira na rodovia de acesso à cidade de Rio Grande³⁶.

- 29 de abril de 2011(figura 4): Reunião realizada na cidade de São José do Norte, RS. A reunião teve sua maior parte direcionada para esclarecimentos a respeito da obra de prolongamento dos molhes da barra, aproveitando assim a presença de representante da Superintendência do Porto de Rio Grande.

³⁶ A manifestação mencionada foi organizada por pescadores, reivindicando a liberação da rede de arrasto para a captura do camarão. Ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2011, conforme noticiada pela imprensa local. A reportagem pode ser conferida em:
<<<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=8321>>>
acesso em 23 – nov – 2011.

A presença deste representante era uma reivindicação vinda de outras reuniões, por parte dos outros integrantes do Fórum da Lagoa dos Patos.

Estavam presentes em torno de 80 pessoas, dentre elas, representantes das quatro colônias de pescadores do estuário da Lagoa dos Patos, bem como alguns pescadores. Também contou com a presença de órgãos governamentais (prefeituras, secretarias especiais e assessores políticos), ONGs e cooperativas, estudantes e professores da Universidade Federal do Rio Grande, além da imprensa local.

Mais uma vez, ficou evidente a necessidade de diálogo entre os atores sociais, previamente a qualquer decisão que venha a afetar a dinâmica social destes. Diálogo este que, como no caso da obra de prolongamento dos molhes³⁷ (onde se estabelece a dúvida: afeta ou não a pescaria de pequena escala) não aconteceu de uma forma eficiente.

- 26 de maio de 2011(figuras 5, 6 e 7): Reunião realizada na cidade de Rio Grande, RS. A pauta inicial, que previa continuação da discussão anterior, sobre a obra de prolongamento dos molhes da barra, bem como revisão e esclarecimentos sobre documentações para comercialização de pescados, foi substituída.

A nova pauta centrou-se na decisão do Ministério do Trabalho e Emprego, em suspender o direito ao acesso de Seguro Desemprego em época de defeso para mulheres.

Do ponto de vista da participação, esta foi a mais notável das quatro reuniões acompanhadas. Sua notabilidade se deu ao fato da presença de mais de 300 pessoas, sendo a grande maioria, de mulheres (pescadoras ou esposas de pescadores, envolvidas na cadeia produtiva do pescado). Além dos presentes também nas reuniões anteriores, esta edição contou com a presença de representantes do Ministério Público Federal, e do Ministério do Trabalho e Emprego.

A reunião aconteceu com esclarecimentos por parte dos órgãos governamentais, intercalados por depoimentos emocionados de algumas mulheres, e algumas manifestações de grupos. Faixas foram estendidas e “gritos de guerra” foram entoados, como por exemplo, o dizer de uma destas faixas: “somos pescadores, queremos nossos direitos”.

³⁷ Informações sobre esta obra podem ser conferidas em:

<<http://www.portoriogrande.com.br/site/noticias_detalhes.php?idNoticia=571>>
acesso em 23 – nov – 2011.

A mobilização de tantas pessoas chamou atenção também da mídia, que esteve presente registrando, desta vez não somente com fotos, mas também com filmagens, o que rendeu algumas reportagens nos jornais e telejornais locais.

Embora a massiva presença de pessoas tenha sido motivada por um receio – suspensão de um direito anteriormente adquirido –, pode-se afirmar que foi bem expressiva a participação e articulação, sobretudo das mulheres, chamando atenção da mídia, e registrando o descontentamento de toda a categoria com a decisão governamental.

- 30 de junho de 2011(figuras 8 e 9): Reunião realizada na Colônia de Pescadores Z3, cidade de Pelotas, RS. O tema da reunião desenrolou-se no sentido de apresentar o andamento das propostas apresentadas na reunião anterior, tais como um documento preparado e enviado ao Ministério do Trabalho e Emprego de Brasília.

Nesta reunião, com quórum não superior a 40 pessoas, estiveram presentes representantes das colônias de pescadores, alguns pescadores da localidade, órgãos governamentais, assessorias políticas, cooperativas locais, estudantes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e, atendendo ao convite dos membros do Fórum da Lagoa dos Patos, membros da Patrulha Ambiental.

Ao compararmos com o grau de mobilização da última reunião, podemos dizer que esta foi o oposto. Tanto pelo número de presentes, como pela própria apresentação do andamento das propostas encaminhadas na última reunião, a maior parte, ainda sem um resultado objetivo.

Uma questão que vale ser destacada é o fato das pessoas presentes na reunião anterior não estarem motivadas para cobrar os encaminhamentos, dando continuidade no processo de mobilização e comparecendo nas reuniões subsequentes.

Além disso, a presença da Patrulha Ambiental praticamente não fez diferença, pois o andamento da reunião foi arrastado, concentrado mais em discurso político e não aproveitando o tempo e espaço para apresentar as reivindicações e discutir os assuntos relacionados à Patrulha Ambiental e os interesses dos usuários da Lagoa dos Patos.

- 27 de outubro de 2011(figuras 10 e 11): Reunião realizada na Colônia de Pescadores Z3, cidade de Pelotas, RS. A reunião teve um quórum próximo a 40 participantes, desde pescadores e pescadoras, presidentes de colônias, vereadores,

pesquisadores e representantes de cooperativas. Desenvolveu-se em torno de três tópicos, descritos a seguir:

Lançamento e esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa “Estatística de Produção Pesqueira”, que visa fomentar dados ao Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura (SINPESQ), e deve atuar também na pesca artesanal, coletando dados de desembarque, nos próximos meses. Este projeto está sendo desenvolvido, na região estuarina da Lagoa dos Patos, sob a supervisão de técnicos e professores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O segundo tópico da reunião foi o lançamento do Fórum do Mar³⁸, na semana anterior. Esta instituição, com funcionamento semelhante ao Fórum da Lagoa dos Patos, visa discutir assuntos pertinentes a todos os atores sociais envolvidos com as questões do mar. A situação conflitante apresentada é que, durante seu lançamento, foi constatado que a categoria Pescador Artesanal não estava contemplada com uma cadeira, ou seja, sem direito a voto nas decisões tomadas por este novo Fórum. Alguns esclarecimentos foram apresentados, no sentido de descrever a negociação para a inclusão dos pescadores artesanais na discussão do Fórum do Mar.

O último assunto tratado nesta reunião foi a situação do pagamento de seguro defeso para mulheres, bem como informes de futuras reuniões com os órgãos governamentais responsáveis, a fim de esclarecer a situação futura.

³⁸ Sobre o Fórum do Mar – Regimento de Funcionamento:
<<<http://www.agenciacosteira.org.br/downloads/forumdomar/RegFuncRevFINALCOM.pdf>>>
acesso em 23 – nov – 2011.



**Figura 3 - Reunião na Colônia Z3
24 de fevereiro de 2011**



**Figura 4 - Reunião na Colônia Z3
24 de fevereiro de 2011**



**Figura 5 - Reunião em São José do Norte 29
de abril de 2011**



**Figura 6 - Reunião em Rio Grande
26 de maio de 2011**



**Figura 7 - Reunião em Rio Grande
26 de maio de 2011**



**Figura 8 - Reunião em Rio Grande
26 de maio de 2011**



**Figura 9 - Reunião na Colônia Z3
30 de junho de 2011**



**Figura 10 - Reunião na Colônia Z3
30 de junho de 2011**



**Figura 11 - Reunião na Colônia Z3
27 de outubro de 2011**



**Figura 12 - Reunião na Colônia Z3
27 de outubro de 2011**

5.2. As visitas à comunidade:

- 01 de agosto de 2010: Esta visita inicial tinha como objetivo conhecer o local de estudo, e ainda, tentar contato com moradores locais, para desenvolver o trabalho de campo. Foi possível identificar alguns pontos importantes para a atividade pesqueira, tais como a Divinéia (figuras 15 e 16), local onde se concentram a maior parte dos barcos de pesca. Além disso, foi possível ambientar-se com a localidade.

- 05 de janeiro de 2011: Esta visita foi realizada a partir do convite de um entrevistado para um passeio pela comunidade. Foi bem proveitosa no sentido de conhecer aspectos econômicos que afetam a comunidade diretamente por alguém que vivencia este processo. Neste passeio foi possível ouvir um pouco sobre a falência de

uma das fábricas para processamento de pescado, que empregava em torno de 50 moradores da comunidade, fato que, segundo nosso “guia”, foi em parte, devido à escassez de pescado. Como reflexo da falência da empresa Solisa³⁹(figura 22), houve um certo abalo na situação econômica da comunidade, pois os ex-funcionários não receberam seus direitos trabalhistas, afetando ainda o comércio local. Outros pontos visitados foram a cooperativa Lagoa Viva (figura 23) e uma fábrica de gelo estabelecida na comunidade, atualmente desativada, dificultando e encarecendo a atividade pesqueira local.

Além destas duas instalações, visitamos outro importante ponto de concentração de barcos de pesca, o canal de acesso conhecido como Arroio Salgado (figuras 13 e 17), alternativo à Divinéia não somente na questão da localização, mas também alternativo em relação às artes de pesca utilizadas.

- 11 de fevereiro de 2011: Esta visita foi específica para conhecer o Sindicato dos Pescadores de Pelotas (figura 25), tentado um contato com o presidente da instituição. Um resultado positivo desta visita foi o convite para assistir às reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos, descrito acima, partindo do próprio presidente do Sindicato.

O Sindicato foi criado na década de 90 e atualmente conta com mais de 1300 sócios, atuando ativamente na comunidade, sobretudo para documentar todos os moradores da Colônia Z3, não somente nas questões relativas à pesca, executando mutirões para confecção de carteira de identidade, por exemplo.

³⁹ A Indústria de Congelados Solisa foi instalada na Colônia Z3 na década de 60, decretou falência há uns 3 anos, conforme relato do entrevistado (Figura 21).



Figura 13 - Pórtico de entrada na Colônia Z3



Figura 14 - Arroio Salgado – ponto alternativo à Divinéia para atracamento de embarcações (geralmente menores que as da Divinéia e que utilizam outras artes de pesca)



Figura 15 - Um dos caminhos para a Divinéia



Figura 16 - Barcos atracados na Divinéia



Figura 17 - Outra vista da Divinéia



Figura 18 - Outra vista do Arroio Salgado, em destaque, uma alternativa para refrigeração do pescado desembarcado



Figura 19 - Placa em galpão – iniciativa de Educação Ambiental



Figura 20 - Estaleiro - desativado



Figura 21 - Estrutura para refrigeração de pescado



Figura 22 - Casas financiadas por política pública federal



Figura 23 - Estrutura da antiga fábrica de beneficiamento de pescados (Solisa) - desativada



Figura 24 - Estrutura da cooperativa Lagoa Viva



Figura 25 - Estaleiro em atividade, mas sem serviço no momento



Figura 26 - Sede do Sindicato dos Pescadores de Pelotas

5.3. As entrevistas em profundidade:

Foram realizadas 6 entrevistas em profundidade com moradores da localidade, atores sociais chave para o entendimento da relação conflitos e políticas públicas. A primeira entrevista foi realizada com um pescador, a segunda com um comprador de pescado, a terceira também com comprador, a quarta com o presidente do sindicato dos pescadores, e as duas últimas, com mulheres do movimento de pescadoras.

Os motivos para a escolha de cada entrevistado obedecem a nossa percepção de domínio sobre o tema. Desta forma, o pescador da primeira entrevista tem toda sua longa trajetória de vida ligada à atividade pesqueira. Os compradores de pescado, da segunda e terceira entrevistas foram indicados por pescadores, por apresentarem uma visão crítica do mercado de pescados. A inclusão do presidente do sindicato, sobretudo para a questão dos conflitos, baseou-se na percepção, através do acompanhamento das reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos, citadas anteriormente, como uma figura social que difere dos outros presidentes de Colônia do estuário da Lagoa dos Patos, sendo atuante e, à frente de uma instituição detentora de “mecanismos de resolução dos litígios caracterizado pela informalidade, rapidez, participação ativa da comunidade, conciliação entre as partes através de um discurso jurídico retórico, persuasivo, assente na linguagem comum.” (Santos 1997, 175). A escolha para as duas últimas entrevistas foi baseada na demanda registrada a partir do acompanhamento das reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos, em que surgiu a questão do seguro desemprego para mulheres na atividade pesqueira. Assim, buscamos representantes do movimento que se mobiliza para garantir este direito ao benefício por parte das mulheres.

Abaixo é descrito um breve relato de cada entrevista. Como explicado no capítulo 4 desta dissertação (“Metodologia e Procedimentos Metodológicos”), todas as entrevistas seguiram uma estrutura baseada na história de vida de cada entrevistado, sua ligação com a atividade de pesca artesanal de tainha, explorando como se deu o desenvolvimento da comunidade, bem como quais os conflitos encontrados na atividade pesqueira, e as políticas públicas que acessam ou conhecem, e que auxiliam no dia a dia de sua vida na pesca.

1ª entrevista: Pescador aposentado, mas que apaixonadamente ainda vai quase sempre em busca de mais pescado. Aos 65 anos, o entrevistado simpaticamente

descreveu o processo de povoamento da comunidade do qual é exemplo. Morava na Ilha da Feitoria – uma das ilhas cercanas da Colônia Z3 – até os 28 anos de idade, sendo que pesca desde os 12 anos. Foi para a Colônia Z3 em busca de facilidades, assim como as outras 600 pessoas que naquela época habitavam a ilha (ele informa que atualmente na ilha mora apenas uma família com 3 pessoas).

Hoje casado e com dois filhos, o entrevistado confia que ainda pesca porque gosta, pois a quantidade de pescado e o preço pago, não compensam, mas ele tem a aposentadoria, então tem alguma garantia.

Entre as razões citadas para a pouca quantidade de pescado, aponta o aumento do número de pescadores na comunidade, conseqüentemente aumentando a quantidade de redes e utilizando tecnologias mais avançadas para localizar o peixe. Aponta ainda a capacidade de pesca das traineiras “*lá fora*”⁴⁰, e a sempre recepção por parte dos compradores, não importando se o pescado atende ao tamanho mínimo exigido em lei.

Comenta ainda que o atual governo dá muita força ao pescador, através de seguro defeso, financiamento em banco, bolsa família, e construção de casas, por exemplo.

2ª entrevista: O entrevistado tem 46 anos, formado em contabilidade, decidiu ajudar o pai no comércio de pescado.

Trabalham juntos há três décadas, observando a mudança na quantidade de pescado através do que compraram nestes 30 anos. Por exemplo, o entrevistado descreve que nos últimos tempos, a safra em que mais compraram tainha foi a do ano 2000, atingindo a quantidade de 100 toneladas, proveniente de 6 parelhas. O entrevistado deixa claro que há 30 anos esta era a quantidade que apenas uma parelha capturava na safra. Sobre a safra atual, a previsão total é de 40 toneladas.

O aumento do número de pescadores novamente é mencionado, segundo o entrevistado, motivado tanto pelas facilidades que o governo oferece para desenvolver a atividade (financiamentos, seguro desemprego, etc.) como pelo aparente ganho fácil. Descreve que muitos se iludem com a possibilidade de uma boa safra, além das atuais facilidades tecnológicas para pescar – a possibilidade de comprar redes prontas hoje em dia, é citada.

⁴⁰ Nota da autora: A partir deste momento aparecem no texto reproduções *ipsis litteris* das entrevistas em profundidade. Todas as reproduções aparecem sinalizadas com a formatação entre aspas em itálico, seguindo o exemplo de “*lá fora*”.

3ª entrevista: O entrevistado tem 71 anos. Ex-pescador, ainda na juventude começou a comercializar pescado. Descreve com propriedade vários estágios da urbanização da Colônia Z3, tais como a chegada da luz, e a construção da estrada que liga ao centro da cidade, a qual, esclarece, ajudou a construir.

Na avaliação que faz sobre a evolução da comunidade, e da atividade pesqueira, aponta que *“pra pescar, hoje pode dizer que é uma mordomia o pescador tem pra não se preocupar com o peixe, tem gelo pra poder embarcar, tem a TV dele a bordo, pra acampar, tem rádio pra se comunicar, tem telefone celular, tem uma bússola, tem tudo. Naquela época não tinha nada disso, era só o barco e a rede.”*

Este entrevistado ainda cita a possibilidade de desenvolver o turismo na comunidade, deixando bem claro que um possível conflito por uso de espaço é inconcebível, visto que *“se o turista tá chegando aqui, vê que nós temos liberdade, olha aí ó, o barco já encostou aqui ó, se tiver um tomando banho, se tiver os filhos tomando banho ali, eles já sabem que eles tão invadindo praticamente uma área nossa, porque nós tamo aqui, essa aí é a nossa estrada, a nossa faixa.”*

4ª entrevista: Este entrevistado tem 49 anos, é um dos 12 diretores do Sindicato dos Pescadores de Pelotas, sediado na Colônia Z3. Envolvido com a pesca diretamente, desde os 12 anos de idade, assim como o primeiro entrevistado, também veio da Ilha da Feitoria para a Colônia Z3.

Descreveu o papel do sindicato como articulador das questões ligadas aos pescadores, sobretudo na organização da documentação para assegurar os direitos destes. A atuação vai desde o repasse de informações, mutirões para providenciar documentos, representações em outras localidades, etc.

Sobre conflitos, cita que o conflito chave atualmente é com a questão dos barcos grandes que pescam com técnicas de arrasto, na boca da barra, pois impedem a entrada de peixes para que os pescadores com embarcações menores possam trabalhar. Comenta ainda que, apesar de todo o bom trabalho de fiscalização desenvolvido pelo IBAMA, o pescador é muito criativo, conseguindo burlar algumas políticas de fiscalização como o PREPS, por exemplo⁴¹.

⁴¹ Esta citação refere-se à “pescador” em geral, como um exemplo de criatividade, visto que o PREPS é empregado somente na frota industrial, ou semi-industrial.

Na relação do sindicato com as políticas públicas que os pescadores artesanais da Colônia Z3 acessam, o entrevistado esclarece que a função do sindicato é documentar o morador da comunidade (não somente os envolvidos diretamente com a pesca). Desta forma, o morador pode acessar a política pública pois está devidamente documentado.

5ª entrevista: A entrevistada tem 41 anos, filha de pescador, casada com pescador, viveu toda sua vida na Colônia Z3 e, assim como o pai e o esposo, muito já foi “*pro mar*”. Atualmente executa somente trabalhos em terra, tanto no processamento e comércio do pescado, como as tarefas da casa e cuidado dos filhos.

Tem um papel de destaque na mobilização por melhorias aos pescadores artesanais. Encabeçou vários projetos dentro da comunidade, entre eles o que disponibilizou 600 unidades habitacionais (entre novas construções e reformas de construções já iniciadas) – política pública conhecida como “casa do pescador”, e o empoderamento⁴² de 20 famílias para a participação em outra política pública, denominada “feira do peixe”.

Atualmente, incentiva a reivindicação do direito ao acesso de seguro defeso para as mulheres, promovendo a discussão e o esclarecimento desta e de outras demandas, junto aos outros moradores da comunidade.

6ª entrevista: Da mesma forma que a entrevistada anterior, do alto de suas 4 décadas de vida, esta entrevistada divide o tempo das atividades na salga, na banca da feira do peixe, nas tarefas de casa, e na mobilização comunitária.

Sobre o papel mobilizador, ela enfatiza: “*a gente faz isso exatamente pra esclarecimento. Pra que que a gente luta? Pelo nosso direito, direito de pescadora, então a ideia não é só nossa, a ideia é das pescadoras, entende? Não é minha nem dela.*”

⁴² Conforme Horochovski e Meirelles (2007, 487) “o termo foi utilizado inicialmente em países de língua inglesa, sobretudo os EUA. Os primeiros estudos sobre o tema que apareceram em língua portuguesa – traduções ou originais – traziam a grafia primitiva. [...] Após, passou-se a colocar o termo, já em português, entre aspas, que caíram conforme o vocábulo foi-se incorporando à língua, mesmo que ainda não se o encontre nos principais dicionários.” A saber: “o conceito de *empowerment* (literalmente, dotação de poder) etimologicamente alude a: permitir, capacitar, autorizar ou dar poder sobre algo a alguém ou para fazer algo. Conceitualmente, refere-se ao processo ou mecanismo através do qual pessoas, organizações ou comunidades adquirem controle ou domínio sobre assuntos ou temas de seu interesse. O conceito em nível comunitário centra-se na determinação social e se refere à possibilidade de participação democrática (no sentido de competência comunitária). Muitos estudos evidenciam o efeito positivo da sinergia entre Estado e sociedade civil.” (Damasceno et al. 2011, 134).

Nós levantamos a poeira, ela levanta e solta, pras pessoas se antenar do que que tá acontecendo.”

A entrevistada também aponta que, independente da identificação “pescadora”, ou “mulher de pescador”, a luta pelo direito em acessar o seguro defeso expressa uma preocupação legítima em assegurar o futuro também dos filhos.

6. RESPONDENDO AOS OBJETIVOS – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os itens seguintes respondem aos 5 objetivos específicos propostos no início deste estudo, divididos da seguinte forma:

- Resultados – objetivos (a) Descrição do contexto socioeconômico da Colônia Z3 e da importância socioeconômica da tainha na região de estudo; (b) Identificação, caracterização e análise de conflitos da pesca na Colônia Z3; e (c) Caracterização das políticas públicas atuantes sobre a pesca na Colônia Z3;
- Discussões – objetivos (d) Relacionar conflitos e políticas públicas atuantes sobre a pesca da tainha na Colônia Z3; e (d) Proposição de ajustes ou recomendações às políticas públicas para o setor pesqueiro.

6.1. Caracterização da Colônia Z3 (objetivo a)

A Colônia Z3, 2º Distrito da cidade de Pelotas, está localizada a 20 km do centro da cidade (Figura 27), nas coordenadas 31°42'S / 52°09'O, à beira da Lagoa dos Patos (Figuras 27 e 28).

Segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a Colônia Z3 possui 3.166 habitantes⁴³, contabilizando tanto o núcleo urbanizado (Figura 28), quanto os setores rurais.

⁴³ Dado compilado pela autora, a partir da junção de informações por setor censitário, disponível no site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br>



Figura 27 – Cidade de Pelotas e Colônia Z3, destacada em retângulo vermelho na imagem (fonte: Google 2012)



Figura 28 - Vista aérea da Colônia Z3 – núcleo urbano, à beira da Lagoa dos Patos (fonte: Ferreira 2010)

Considerando o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza 1995, 78), para conhecer o território, precisamos conhecer os atores sociais que constituem este território. Nesse sentido, a descrição da Colônia Z3 e sua constituição, em função dos atores sociais que nela atuam, sejam eles presente fisicamente neste espaço delimitado, ou ainda, externamente exercendo influência e definindo o cotidiano da comunidade, permite a caracterização desta Colônia e a definição da mesma como um território.

O artigo 73 da lei 2.544 de 1912⁴⁴ estabeleceu várias diretrizes para o desenvolvimento da indústria da pesca, mas também para o conhecimento da zona costeira brasileira, criando as colônias de pescadores e colocando-as sob a superintendência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Conforme descrito por Sacco dos Anjos et al. (2004), esta lei foi instituída visando a aplicação de estratégias de defesa nacional, utilizando o conhecimento dos pescadores sobre as regiões marítimas, cadastrando assim pescadores artesanais para uma possível convocação para a guerra.

Assim, “a Colônia de São Pedro, ou Arroio Sujo, como também é conhecida a Colônia de Pescadores Z3, foi fundada no início do século 20, mais precisamente na década de 1920” (Figueira 2009, 39).

A população que constitui a Colônia Z3 foi formada pela migração de pessoas de diferentes lugares, se instalando ao longo das décadas nesta localidade e contribuindo para o povoamento da mesma. A discussão sobre o aumento do número de moradores que apresentamos aqui está baseada nas informações de colonização da Colônia Z3 expostas por Michel Constantino Figueira em sua dissertação de mestrado. Segundo Figueira (2009, 39 – 40):

...o estabelecimento de grupos no espaço se deu em quatro fases. [...]Na primeira fase, no início do século XX, os moradores eram do Estado do Rio Grande do Sul, agricultores de cidades como Piratini, Tapes, Viamão e Rio Grande. Já numa segunda fase, à partir da década de 1950, vieram grupos oriundos do Estado de Santa Catarina[...].A partir da década de 1960 começaram a vir famílias oriundas de uma ilha conhecida como “Ilha da Feitoria”, localizada à uma hora de barco da Colônia Z3. Numa fase final, a partir do início da década de 1990, chegam grupos oriundos das periferias urbanas e da zona rural de Pelotas. Segundo relatos, o principal objetivo de todos que se estabeleceram no local sempre foi a melhoria da qualidade de vida, através da atividade pesqueira na Lagoa dos Patos.

A urbanização da comunidade com energia elétrica provida pelo Estado, e a construção de uma estrada em boas condições de tráfego, que ligasse a comunidade ao centro urbano da cidade de Pelotas, ocorreu na década de 70, conforme relato de um morador antigo da Colônia Z3⁴⁵.

⁴⁴ Disponível em <<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2544-4-janeiro-1912-577457-publicacao-100404-pl.html>>> acesso em 22 – fevereiro- 2011.

⁴⁵ Dado coletado em entrevista realizada no dia 11 – fevereiro – 2011.

Em função do aumento populacional, e seguindo um programa nacional para provimento de moradias a populações de baixa renda, a partir do ano de 2009 mais residências foram construídas, alargando o núcleo urbano da Colônia Z3.

Através desta política pública, conhecida como “casa do pescador” ou ainda “casas do Lula⁴⁶”, um número em torno de 200 novas residências foram construídas, e outras 200 estão em processo de construção totalizando como objetivo desta política 600 casas: 400 novas e 200 reformas de casas existentes.⁴⁷

A Colônia Z3 é uma área tradicional de pesca artesanal, que supre boa parte do comércio local de pescado, tanto para alimentação humana, como produção de ração animal. Desta forma, assim como supre o mercado da região com o pescado, também necessita de insumos para realização da atividade, retroalimentando alguns setores da economia local.

Além desses atores externos ao local, porém diretamente dependentes das boas safras de pesca, no próprio espaço em que se encontra a Colônia Z3 são observadas as relações de produção construindo e organizando o território (Saquet 2007, 54, citando Quaini 1974).

Os atores sociais que transformam o espaço em território na Colônia Z3 são principalmente os pescadores artesanais. De acordo com dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, a cidade de Pelotas, como um todo, possuía no ano de 2010, 1.366 pescadores. Embora estes dados não estejam num nível de aprofundamento que nos permita afirmar quantos são pescadores artesanais, nem quantos são pescadores da Colônia Z3, ainda assim podemos utilizá-los como base, visto que a concentração de pescadores artesanais de Pelotas se dá na Colônia Z3⁴⁸.

⁴⁶ Expressão utilizada por entrevistado para designar as residências, fazendo menção ao investimento do governo federal.

⁴⁷ Números informados por entrevistada - responsável pela mobilização das famílias que receberam as casas.

⁴⁸ Disponível em:

<<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/planos_e_politicas/docs/Mapas/Lista%20174%20Territ%C3%B3rios%20da%20Pesca%20e%20Aquicultura.pdf>> acesso em 16 – set – 2011.

Na sequência da cadeia do Sistema Agroindustrial Pesqueiro⁴⁹ podemos citar alguns segmentos produtivos da pesca presentes na Colônia Z3, como os compradores locais, as peixarias que adquirem o pescado diretamente do pescador artesanal, muitas vezes já no desembarque, pois estes estabelecimentos costumam ser providos de trapiche para atracamento dos barcos, bem como disponibilizar alguns insumos para os pescadores, tais como o combustível para a embarcação. Este provimento de insumos geralmente acaba criando um vínculo entre comprador e pescador.

Além do sistema básico de compra e venda de pescado, existem dois estaleiros na Colônia Z3. Atualmente apenas um está em pleno funcionamento⁵⁰, onde se fabricam ou reparam as embarcações.

Há ainda uma instituição política representativa, que é o Sindicato dos Pescadores de Pelotas. O sindicato é atuante, e presidido por um também pescador artesanal. Existe também uma cooperativa e algumas representações de organizações não governamentais.

Foram acionadas algumas tentativas de incentivo ao turismo na Colônia Z3. Aliadas a estes incentivos, desenvolve-se vendas de artesanato⁵¹, elaborados por um grupo de artesãs residentes na comunidade, com produtos típicos relacionados à pesca, bem como alguns passeios guiados, utilizando o conhecimento de moradores antigos, e também, a culinária local.

Além desse conjunto de itens caracterizando a Colônia Z3, há outros estabelecimentos na comunidade como mercados de alimento, ferragens, padarias e farmácias⁵².

Embora os comerciantes desses estabelecimentos não estejam diretamente ligados à atividade pesqueira, sempre existe alguma relação familiar com um pescador, e ao final, também esses dependem de boas safras de pescarias para o bom funcionamento de seus comércios.

⁴⁹ FAS na sigla em inglês, Fish Agro-food System – sistema que relaciona atividade pesqueira (coleta e venda de pescado fresco), provisão de equipamentos necessários à atividade (barcos e redes) e a indústria de processamento de pescado e produtos derivados. In: Abdallah & Sumaila, 2007.

⁵⁰ Anotações de campo advindas de conversas informais durante as visitas à comunidade.

⁵¹ Por exemplo: <http://www.redeiras.com.br/> (acesso em 05 – dez – 2011).

⁵² Anotações de campo advindas das visitas à comunidade.

A comunidade conta ainda com uma escola de ensino fundamental, que tem reivindicado a ampliação para atender alunos também com o ensino médio⁵³. Enquanto isto não ocorre, os alunos que necessitam ir ao centro da cidade para estudar, bem como a população que trabalha fora da comunidade, pode utilizar o serviço de transporte público, que funciona periodicamente ao longo do dia, inclusive nos finais de semana⁵⁴.

6.2. A pesca artesanal da tainha na região em estudo (objetivo a)

A pesca da tainha é feita por ‘lance’ ou ‘cerco’ (Figura 29), “onde são necessárias duas embarcações que encontrando o cardume cerca-o” (Pievi et al. 2007). Esta pesca fica liberada no período de outubro a maio, conforme a Instrução Normativa Conjunta nº3, de 9 de fevereiro de 2004, estabelece normas sobre a pesca no estuário da Lagoa dos Patos.

Ao final deste item, a figura 30 apresenta pescadores recolhendo a rede com tainhas (figura 31) e o acondicionamento do pescado para o transporte até o desembarque (figura 32).

Para o estuário da Lagoa dos Patos temos que: “Das mais de 110 espécies de peixes e crustáceos que ocorrem no estuário, 5 representam ou representaram recursos pesqueiros importantes: o camarão-rosa *Farfantepenaeus paulensis*, corvina *Micropogonias furneri*, bagre *Netuma barba* e *N. Planifrons*, tainha *Mugil platanus* e miraguaia *Pogonias cromis* sustentando a atividade pesqueira artesanal por mais de um século.” (Haimovici et al. 2006, 158).

E ainda, segundo Silva (2003) “a tainha representa cerca de 8,7 % do total de peixes capturados pela pesca artesanal na Lagoa dos Patos, sendo que mais de 40 espécies são capturadas pela pesca artesanal”.

Segundo os primeiros dados apresentados pelos coordenadores do projeto Censo da Pesca Artesanal na Lagoa dos Patos, durante workshop no dia 13 de abril de

⁵³ Dado coletado em uma das entrevistas realizadas.

⁵⁴ Os ônibus circulam das 6:00 às 23:00 horas de segunda a sexta-feira, com intervalo máximo de 2 horas. Nos sábados e domingos, o intervalo fica mais esparso. Informações retiradas do site da empresa responsável pelo transporte público das linhas Colônia Z3 – Centro/ Centro – Colônia Z3: <http://www.laranjal.com>

2011⁵⁵, o esforço sobre as espécies capturadas na Colônia Z3 é distribuído da seguinte forma: durante o período de inverno as capturas concentram-se 70% na tainha, 15% no linguado, 10% na corvina e 5% no bagre. Já nos meses de verão, a concentração de pesca se dá 55% para o camarão, 28% para a tainha, 14% no linguado e 3% na corvina.

É importante destacar que um mesmo pescador se envolve na captura de mais de uma espécie, de acordo com os petrechos de pesca que possui.

Infelizmente dados e estatísticas referentes à pesca artesanal ainda sofrem de uma carência de precisão metodológica, tanto por parte das instituições que realizam estes levantamentos, como pela própria natureza da atividade artesanal, menos formal que a industrial, refletindo na dificuldade de apresentarmos dados exatos sobre a renda dos pescadores artesanais da Colônia Z3 provenientes da captura de tainha. Os dados que apresentamos aqui se baseiam em dois trabalhos⁵⁶ que analisaram as estatísticas oficiais⁵⁷ fornecidas pelo Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos (CEPERG/RS – IBAMA).

Entre os anos de 1945 e 2000, o CEPERG/RS-IBAMA apresentou dados por locais de desembarque, a partir do ano 2000, os dados apresentados são para o Estado do Rio Grande do Sul como um todo. Mesmo nos dados de 1945 a 2000, outra questão dificulta a precisão: “o padrão observado em Pelotas e São Lourenço do Sul⁵⁸ é complementar, isto por que a área de atuação dos pescadores é a mesma, e o

⁵⁵ O Censo é uma atitude recente e a maioria dos dados ainda está em processo de publicação portanto, não acessíveis. Reportagem sobre o evento de divulgação dos primeiros dados do censo, disponível em: <<<http://wp.clicrbs.com.br/riogrande/2011/04/13/seminario-discute-resultados-de-censo-da-pesca/>>> acesso em 27 – nov – 2011.

⁵⁶ Projeto desenvolvido por Liliane Teixeira e Silva (2003) e Trabalho de conclusão de curso, desenvolvido por Laura Cardoso Galhego Gaieski (2011).

⁵⁷ Em visita ao CEPERG/RS-IBAMA no dia 22 de dezembro de 2011, o funcionário responsável pela compilação destas estatísticas oficiais informou que elas se baseiam nos Mapas de Bordo que os pescadores artesanais entregam ao órgão. O Mapa de Bordo é um instrumento preenchido pelo próprio pescador, informando as espécies capturadas e a quantidade capturada. Como comentado nas entrevistas realizadas com os pescadores, e também nas reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos, os dados preenchidos não são fiéis à realidade, por motivos diversificados (medo de fiscalização; não lembrar com exatidão; pouca ou nenhuma escolaridade do pescador responsável por preencher; etc.). Desta forma, optou-se por utilizar os dados já analisados por outros pesquisadores ao invés de dedicar tempo a novas análises destes dados.

⁵⁸ Cidade adjacente a Pelotas, onde se encontra a Colônia de Pescadores Z8.

desembarque ocorre em uma ou outra cidade conforme a procura pelo pescado.” (Silva, 2003).

Baseado nos dados que Silva (2003) apresenta, podemos considerar que Pelotas e São Lourenço do Sul juntas, são responsáveis por aproximadamente 30% da captura artesanal de tainha.

Os dados apresentados por Gaietski (2011) sobre o desembarque artesanal de tainha no Rio Grande do Sul variou nos últimos anos, atingindo números próximos a 1000 toneladas no ano de 2000, caindo bruscamente nos anos posteriores (não passou de 500 toneladas até 2006), atingindo um pico em 2007 (acima de 1500 toneladas) e por fim, no ano de 2009, voltando a casa das 500 toneladas. A autora apresenta ainda os dados de primeira comercialização, onde os valores pagos direto ao pescador artesanal variam entre R\$1,00 e R\$3,00.

Especificamente no contexto da Colônia Z3, durante o trabalho de campo para esta pesquisa, o relato de um comprador de pescado apresentou como dados: Melhor safra dos últimos anos – ano de 2000, comprando 100 toneladas de tainha. Estimativa da safra atual (2011) – compra de 40 toneladas de tainha. Preço pago atualmente ao pescador – R\$2,00 por quilo de tainha.

Em outro trabalho analisado, Ferreira (2010) relatou uma viagem com pescadores artesanais da Colônia Z3 para a captura de tainha. A viagem aconteceu entre os dias 29 e 30 de março de 2010, foram feitos 8 lances para a captura, e resultou num total de 1.800 Kg de tainha, vendido à R\$2,70 o quilo, na ocasião. Esta parelha era composta de 6 pescadores, sendo a renda total dividida em partes, após o pagamento das despesas.

Quanto ao processo reprodutivo, entre os meses de abril e junho, a tainha migra do estuário para o mar, num período conhecido como “a corrida da tainha” (Haimovici et al. 2006, 166). É durante este período que a maior parte é capturada, 60% segundo Ferreira (2006). Apesar de serem capturadas “*ovadas*” neste período, a prática do comércio de ovas de tainha não é feito na Colônia Z3, conforme constatado nas entrevistas em profundidade e conversas informais realizadas para este estudo.

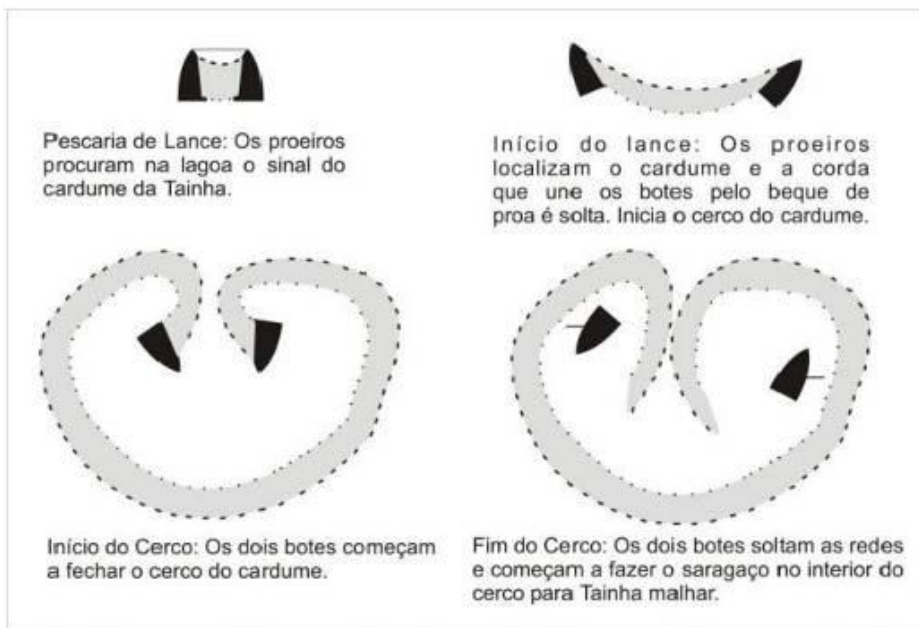


Figura 29 - Desenho explicando a técnica utilizada na pesca artesanal de tainha (fonte: Ferreira 2010)



Figura 30 - Pescadores recolhendo a rede (fonte: Ferreira 2010)



Figura 31 - Tainha presa na rede
(fonte: Ferreira 2010)



Figura 32 - Tainhas acondicionadas na caixa com gelo
(fonte: Ferreira 2010)

6.3. Conflitos presentes no contexto da atividade da pesca artesanal realizada por pescadores da Colônia Z3 (objetivo b)

A análise dos dados obtidos nas atividades de campo nos permitiu verificar na Colônia de pescadores Z3 a existência de categorias de conflito definidas a priori na revisão da literatura especializada sobre esse tema.

A tabela abaixo organiza este resultado estruturado em 4 colunas. A primeira coluna “Categoria de Conflito” apresenta a nomenclatura que atribuímos aos tipos de conflitos observados na literatura. A segunda coluna “Conceito” faz uma breve explanação do que significa cada categoria, a terceira coluna “Identificados na literatura (Autor)” apresenta o conflito da forma como cada autor mencionou no seu texto. Por fim, a coluna “Ocorre na Z3?” responde de forma objetiva, com simples Sim ou Não se o conflito foi identificado durante nossas atividades de campo na Colônia de pescadores Z3.

Nos casos em que a resposta à coluna “Ocorre na Z3?” foi Sim, explicamos no texto após a tabela como esta categoria se dá no contexto da Colônia Z3, citando algumas passagens das entrevistas em profundidade, ou dos apontamentos de campo, para exemplificar a presença deste conflito, de forma a responder ao objetivo b.

Tabela 1 – Conflitos da pesca

Categoria de Conflito	Conceito	Identificados na literatura (Autor)	Ocorre na Colônia Z3?
Pesca Artesanal X Mercado	Conflitos relacionados à primeira comercialização do pescado.	Pescadores X Processadores – indústrias (Charles 1992) Pescaria Artesanal X Mercado (Csirke 1983)	Sim
Pesca Artesanal X Governo	Conflitos que expõem as dificuldades da relação entre os pescadores artesanais e os órgãos governamentais, desde questões de documentação, acesso aos benefícios, fiscalização, etc.	Pescadores X Governo (Charles 1992)	Sim
		Jurisdição da pesca (Charles 1992)	
		Prefeitura X Comunidade (Furtado 2004)	
		Pescaria Artesanal X Estado (Csirke 1983)	
		APA (Área de Proteção Ambiental) X Pescadores proibidos de pescar nesta área (Isaac et al. 2006)	
		Lideranças locais chaves com elevado status para promover ações comunitárias X Governo (Furtado 2004)	
		Falta de investimentos em infraestrutura para atracação das embarcações (Isaac et al. 2006)	
		Diferença da intensidade de fiscalização entre pesca artesanal e pesca industrial (Isaac et al. 2006)	

Categoria de Conflito	Conceito	Identificados na literatura (Autor)	Ocorre na Colônia Z3?
Pesca Artesanal (extrativa) X Cultivo	Conflitos relacionados às atividades de cultivo na pesca, tais como aquicultura e maricultura, por exemplo.	<p>Pescadores X Aquicultores (Charles 1992)</p> <hr/> <p>População tradicional X Outros usos e ocupação do espaço (Diegues 1994)</p> <hr/> <p>Maricultura X Populações residentes (Isaac et al. 2006)</p> <hr/> <p>Aquicultura (procedimentos impactantes sobre o ambiente) X Prejuízo para a preservação de espécies (Isaac et al. 2006)</p>	Não
Pesca Artesanal X Agricultura/Pecuária	Conflitos relacionados a outras atividades agrícolas do entorno.	<p>Pescadores X Silvicultores (Charles 1992)</p> <hr/> <p>Ribeirinhos X Segmentos econômicos – fazendeiros (Furtado 2004)</p>	Não
Pesca Artesanal X Turismo	Conflitos relacionados ao setor de turismo.	<p>Pescadores X Empresários do turismo (Charles 1992)</p> <hr/> <p>Moradores de comunidades pesqueiras X Setores de turismo no litoral (Furtado 2004)</p> <hr/> <p>Turismo X Populações residentes (Isaac et al. 2006)</p>	Não

Categoria de Conflito	Conceito	Identificados na literatura (Autor)	Ocorre na Colônia Z3?
Pesca Artesanal Local X Pescadores “de fora”	Conflitos internos da atividade pesqueira, envolvendo a mesma classe de ator social, porém reivindicando o direito à exploração do recurso pelos pescadores que moram no local.	<p>Pescadores locais X Pescadores de outras localidades (Charles 1992)</p> <hr/> <p>Pescadores locais X Pescadores de fora - <i>os outros</i> (Adomilli 2010)</p> <hr/> <p>Pescadores X Pescadores (Furtado 2004)</p> <hr/> <p>Pescaria Artesanal X Pescaria Artesanal (Csirke 1983)</p>	Sim
Pesca Artesanal X Instituições (Inter-institucionais)	Conflitos gerados a partir da confusão no entendimento de competências entre as instituições envolvidas.	<p>Inter-Institucionais / Associações locais (Furtado 2004)</p> <hr/> <p>Inter-Institucionais / Setores governamentais (Isaac et al. 2006)</p> <hr/> <p>Desorganização política e administrativa das instituições locais (Furtado 2004)</p> <hr/> <p>Desinformação relativa ao contexto social, político e econômico envolvente (Furtado 2004)</p> <hr/> <p>Ministério do Meio Ambiente – MMA (ICMBio) X Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (ou SEAP/PR) (Dias Neto 2010)</p>	Sim

Categoria de Conflito	Conceito	Identificados na literatura (Autor)	Ocorre na Colônia Z3?
Intra-institucionais	Conflitos que acontecem dentro de uma mesma instituição.	Intra-institucionais (Furtado 2004) Desorganização política e administrativa das instituições locais (Furtado 2004)	Não
Gestão da Pesca	Conflitos relacionados aos mecanismos adotados para a gestão da pesca.	Mecanismos de gestão (Charles 1992)	Sim
Artes de Pesca	Conflitos relacionados às diferentes artes de pesca utilizadas.	Diferentes tecnologias e artes de pesca (Charles 1992) Arte de pesca (Isaac et al. 2006)	Sim
Pesca Artesanal X Grupos de fora	Conflitos relacionados às diferentes visões que grupos com interesses na pesca, mas externos à ela, têm sobre a atividade.	Comunidade X Grupos de fora (Furtado 2004)	Sim
Questões de gênero	Conflitos relacionados às questões de gênero, expondo os atuais papéis de mulheres e homens na atividade pesqueira.	Territorialidade por questões de gênero / lugar de mulher na terra X lugar de homem no mar (Furtado 2004)	Sim
Pesca Artesanal X Outras atividades na pesca	Conflitos relacionados às outras atividades que empregam pessoas relacionadas à pesca.	Pescaria Artesanal X Tripulantes (Csirke 1983) Pescaria Artesanal X Indústria de suporte (Csirke 1983)	Não

Categoria de Conflito	Conceito	Identificados na literatura (Autor)	Ocorre na Colônia Z3?
Pesca Artesanal X Consumidores	Conflitos relacionados diretamente com os consumidores de pescado.	Pescaria Artesanal X Consumidores (Csirke 1983)	Não
Pesca Artesanal X Outra atividade de esportiva mesmo local	Conflitos relacionados à outras atividades esportivas, disputando o mesmo local para desenvolvimento.	Pescaria Artesanal X Pescaria Esportiva (Csirke 1983)	Não
Diferentes Escalas de Pescarias	Conflitos relacionados às diferentes capacidades e esforços de captura, próprios das diversas escalas de atividade pesqueira.	Diferentes tipos de embarcação (Isaac et al. 2006)	Sim
Pesca Artesanal X Outros usos	Conflitos relacionados a outros usos de um mesmo espaço.	Residências de veraneio X Populações residentes (Isaac et al. 2006)	Não
		Garimpo X Populações residentes (Isaac et al. 2006)	
		Extração de petróleo X Populações residentes (Isaac et al. 2006)	
		População tradicional X Outros usos e ocupação do espaço (Diegues 1994)	

Categoria de Conflito	Conceito	Identificados na literatura (Autor)	Ocorre na Colônia Z3?
Pesca Artesanal X Atividades que poluem o ambiente	Conflitos relacionados à poluição advinda de atividades no entorno.	Poluição dos rios e estuários por parte de usinas (Isaac et al. 2006)	Não
Embarcações Nacionais X Estrangeiras	Conflitos relacionados à nacionalidade das embarcações.	Frotas nacionais X Estrangeiras (Isaac et al. 2006)	Não
Conservação e biodiversidade	Conflitos relacionados à conservação e biodiversidade afetadas pela pesca.	Conservação da biodiversidade e fauna carismática (Isaac et al. 2006)	Não
Outros – identificados somente em campo	Outros conflitos com dinâmica própria devido ao contexto estudado.	Pescadores Antigos X Pescadores Novos (identificado neste estudo)	Sim

Categorias de conflitos que ocorrem na Colônia Z3:

Pesca Artesanal X Mercado: No caso da Colônia Z3 este conflito é exposto quando se questiona a legislação sobre tamanho mínimo de peixe a ser capturado e/ou época de captura para ser comercializado. De acordo com o relato citado, a atividade ilegal só ocorre porque há demanda no mercado pelo peixe:

[E]⁵⁹ *“o comprador, porque se o comprador não comprar, nós não pesquemo”*

Pesca Artesanal X Governo: Esta categoria é ampla, englobando várias tensões estabelecidas entre os pescadores artesanais e os órgãos governamentais. No caso da Z3, ocorre em relação a prazos e documentações exigidas por parte dos órgãos governamentais para o pescador acessar benefícios, nos valores cobrados pelos órgãos governamentais, ou ainda na suspensão destes benefícios, bem como na relação entre os pescadores artesanais e os órgãos de fiscalização da atividade pesqueira:

[E] *“a carteira de pesca dele não veio ainda, e aí teve a licença de pesca, ele não consegue fazer a licença de pesca porque ele não tem a carteira do Ministério da Agricultura e não consegue fazer a licença”*

[E] *“os órgãos do governo estadual, municipal e federal, eles mudam às vezes, as regras, aos 45 como se diz do segundo tempo [...] nos últimos anos, coisa de 3 anos aí, a gente tem se deparado com este problema que antes de fazer a reunião, antes de encaminhar o seguro defeso, os órgãos encarregados do seguro defeso fazem uma grande reunião com todos os pescadores e dizem lá o que vai ser os requisitos que tem que fazer, carteira de identidade, CPF, carteira de pesca, e tal, e esse ano, apareceu uma exigência aí de um documento de embarcação [...] a gente se depara as vezes com umas coisas assim, como eu te falei, em 6 meses, poxa, na época do seguro defeso [...] e este brasão custa 40 reais, 39 reais prum pescador é...e se ele tiver com tudo em dia, são só os 39, mas se ele não tiver, ele tem que pagar uma taxa pra Marinha pra renovar o título, e isso tudo é custo, e isso o pescador não ta com essa bola toda de dinheiro, até porque ta parado, isso se fizesse na época em que ta trabalhando, bom, aí teria o dinheiro bem mais fácil, ta entendendo?”*

[E] *“como é que nós vamos parar de trabalhar na hora boa por um salário mínimo pra família? Dois ainda, mais ou menos. Agora, o que vai acontecer? O pescador vai pescar. Vai pescar numa época que não pode, numa época que está sendo preservado, vai pescar numa época que nós estamos batalhando uma mudança na Instrução Normativa, vai tudo por água a baixo.”*

[E] = Entrevistado. Grafia usada neste texto para marcar exemplo de fala de entrevistado transcrita *ipsis litteris*.

[E] *“Tapam muito a informação. [...] Porque no mapa de bordo tu é obrigado a botar a malha do peixe, e aí tu vê, a malha lá é 45, eles pescam a 35 às vezes. Então quer dizer que o bom é não fazer mapa de bordo, ou mentir no mapa de bordo que é uma coisa que tu não vai saber mesmo.”*

[E] *“a fiscalização tava batendo em cima dos rádios, tavam recolhendo os rádios”*

Pesca Artesanal Local X Pescadores “de fora”: Esta categoria explora a noção de territorialidade mencionada anteriormente. De acordo com a literatura, um conflito comum na região estuarina da Lagoa dos Patos é a referência aos “Catarinas”, pescadores do Estado vizinho (Santa Catarina) que costumam migrar temporariamente, acampando na região da Lagoa dos Patos na época das safras, disputando o recurso pesqueiro com os pescadores locais. Além deste caso, identificamos que a territorialidade ocorre também em outros casos:

[E] *“briga maior que sempre teve aqui dos pescador é com os Catarina. Eles chegam aqui mais cedo e vão lá e escolhem o lugar”*

[E] *“é um atrativo quando dá uma safra boa de camarão como ta aí e muitas vezes o pessoal vem transitório pra cá”*

[E] *“Nós tamo custando a trabalhar e documentar o pescador e chega um na safra aí, tu pode chegar, vir lá de Rio Grande com uma embarcação e pescar”*

Pesca Artesanal X Instituições (Inter-institucionais): Esta categoria explora a dificuldade de relações entre os pescadores artesanais e instituições, baseada nas falhas de comunicação e falta de informação. No caso da Colônia Z3, essas falhas de comunicação e falta de informação confundem o pescador artesanal, que acaba direcionando a culpa erroneamente, refletindo em descrença nas instituições e pouca representatividade por parte destas:

[E] *“invés de cobrar do governo, os pescadores, com uma mentalidade meio atrasada, eles cobram é do sindicato, aí eles entram em conflito com o sindicato”*

[E] *“o acesso, a comunicação, e até assim ó, até nem, porque quando era a Secretaria, era o João Dias que tava aqui em Porto Alegre, agora quando virou o Ministério da Pesca e tem a Secretaria em Porto Alegre, foi a Adriane Lobo. Mas eu senti, eu achava mais fácil falar com o João Dias do que falar com a Adriane Lobo. Até porque não tinha essa burocracia toda pra ti renovar um RGP né”*

Gestão da Pesca: Esta categoria explora os conflitos relacionados aos mecanismos de gestão empregados na pesca. No caso da Z3, um exemplo é o conflito referente ao calendário de pesca, “calendário oficial X calendário real”, onde várias observações por parte dos pescadores apontam que o calendário oficial de pesca não corresponde à realidade, estabelecendo um período de defeso errado. As consequências deste “desencontro” vão desde um aproveitamento menos eficiente dos recursos a um incentivo à pesca ilegal, visto que algumas taxas de renovação de documentos devem ser pagas durante o período de defeso, onde a renda do pescador é menor (1 salário-mínimo/mês referente ao seguro desemprego).

Outro exemplo é o mecanismo utilizado para reconhecer o indivíduo como pescador artesanal com direito a exercer a atividade e obter a carteira de pesca. Uma das premissas é o atestado por parte de outros dois pescadores que já exercem a atividade profissionalmente.

[E] *“eu acho defeso errado, que dá mais peixe no defeso que fora do defeso”*

[E] *“se a mulher teve esse problema, com o seguro desemprego, foi por culpa de nós pescador mesmo, porque ninguém tira uma carteira de pesca se não tiver dois pescador pra assinar pra ele”*

Artes de Pesca: Esta categoria remete aos conflitos por uso de diferentes tipos de arte para realizar a captura do pescado. No caso da Colônia Z3, identificamos numa conversa informal durante uma visita à comunidade, o conflito entre arte de pesca legal (espera / cerco) e arte de pesca ilegal (arrasto / trolha), com uma relação de distribuição espacial relacionada à arte de pesca (alguns pescadores que se concentram na Divinéia utilizam a “trolha”, já os que se concentram no Arroio Salgado, trabalham com as técnicas “legais”):

[E] *“Não chega a ser briga assim de brigarem, mas é uma...aí eu vou discordar de briga, mas conflito é as diferentes pescarias [...] há grande quantidade que trabalha dentro da lei, e tem uma outra quantidade que, outra vez, não é privilégio nosso, que trabalha no arrasto [...] se tu vai pescar com arrasto, tu vai pescar antes do tempo”*

Pesca Artesanal X Grupos de fora: Esta categoria trata de grupos que se debruçam sobre a questão da pesca sem considerar as questões levantadas como primordiais pelos pescadores artesanais. No caso da Colônia Z3, identificamos durante os

acompanhamentos de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos e nas conversas informais durante as visitas à comunidade a desconfiança para com as Universidades, devido a uma pesquisa que serviu de suporte à normatização do tamanho da malha permitida para a captura de tainha. Também desconfiança em relação ao montante destinado às Universidades para pesquisas, e que pouco se sente o reflexo no dia a dia da comunidade.

Questões de gênero: Esta categoria está relacionada às jornadas estendidas de trabalho para as mulheres que pescam, ou mesmo as que trabalham somente com o processamento de pescado, tendo que conciliar todo o trabalho externo (pesca, processamento de pescado, e ainda o caso das que “fazem feira” - caso de algumas mulheres da Colônia Z3) com a organização da casa e o acompanhamento dos filhos, e (a falta de) o reconhecimento delas na atividade pesqueira. Durante o ano de 2011 uma discussão se instaurou sobre o direito das mulheres no acesso ao benefício de seguro desemprego, conforme observado em reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos e nas entrevistas, a questão de gênero começa a ganhar espaço para ser debatida:

[E] *“vim grávida do meu mais novo, aí perdi a minha mãe com 2 meses, tinha 2 meses que ele nasceu, e aí quer dizer que eu tive que parar de ir pro mar”*

[E] *“só que aí tu chega, como eu faço feira, sou obrigada a chegar e ainda limpar ele e armazenar o peixe pra feira. E isso aí é a semana inteira. Tu indo 5, 6 e meia da manhã e voltando 1, 2 horas”*

[E] *“tem muito pescador que se diz mais pescador que eu, mas só são pescador porque tem bola no meio das pernas”*

[E] *“pra alguns órgãos, pra ela se chamar de pescadora mesmo, ela tem que estar no mar. Não, a lei não diz isso”*

Diferentes Escalas de Pescarias: Esta categoria expõe os conflitos relacionados às diferentes escalas: pesca artesanal X pesca industrial e semi-industrial. No caso da Colônia Z3, as traineiras na “boca” da Barra, com (CPUE) esforço de captura e tecnologia superior aos artesanais, capturam recursos que migram durante seu ciclo de vida (tainha e corvina, por exemplo):

[E] *“o maior de todos é os barcos grandes pescando na boca da barra. Esse é onde entra o nosso peixe, que esse aí vai ser”*

[E] *“conflito chave pro pescador artesanal são os barcos de arrasto que pescam na boca da barra sim, que pesca na volta da boca da barra, seja onde for, com todo o trabalho do IBAMA de fiscalização, eles pescam, o maior problema é esse enquanto não for sanado”*

Outros – identificados somente em campo: Pescadores Antigos X Pescadores

Novos: Esta categoria não foi identificada na literatura geral sobre conflitos da pesca, apenas na literatura referente a Colônia Z3, e posteriormente confirmada nas atividades de campo. A Colônia Z3 teve 4 marcados ciclos de povoamento. Os 3 primeiros por pescadores de outros locais (ilhas, cidades, estados). Porém, na década de 90, muitos moradores da área urbana de Pelotas migraram para a Colônia Z3 em busca de alternativa de renda na pesca e da infra-estrutura desenvolvida da comunidade.

A hipótese aqui colocada é a de que esta migração sofreu influência das políticas públicas destinadas à comunidade pesqueira, pois o período em que este processo migratório se inicia pode ter relação com a postura de preocupação social que o governo brasileiro adota para a elaboração de políticas públicas. Desta forma, no item 6.5. serão expostas algumas relações das políticas públicas com este conflito identificado nas seguintes citações:

[E] *“aumento o número de habitantes porque veio muita gente de fora, gente de fora”*

[E] *“um monte de embarcação [...] muitas pessoas de fora também”*

[E] *“Eu penso que de uns 20 anos pra cá, a comunidade cresceu.”*

6.4. Políticas públicas presentes no contexto da atividade da pesca artesanal realizada por pescadores da Colônia Z3 (objetivo c)

Neste item apresentamos as políticas públicas citadas ou verificadas nas atividades de campo na Colônia Z3. É importante destacar que além das políticas públicas diretamente relacionadas à pesca, na Colônia Z3 encontramos também políticas públicas de caráter social, destinadas à população de baixa renda em geral:

Seguro Desemprego (seguro defeso): Na pesca artesanal há uma longa discussão sobre este tema, principalmente na questão de quem tem o direito de acessar o benefício *versus* quem realmente está acessando. Os relatos apontam para a existência de muitos “*pescadores de terra*”, que não se envolvem em nenhuma etapa da cadeia produtiva do

pescado, acessando o benefício. Por outro lado, algumas vezes a documentação exigida exclui “*pescadores de verdade*”, como no caso do acesso ao benefício por parte das mulheres que não possuem licença de pesca individual.

Subsídio para o óleo diesel: A política de subsidiar combustível para embarcações não obteve sucesso na Colônia Z3. Bombas de combustível chegaram a ser instaladas, mas pouco funcionaram. A causa apontada é a burocracia para o pescador artesanal garantir o acesso a este subsídio, funcionando apenas para os barcos industriais.

Feira do Peixe: O programa iniciou com 20 famílias e atualmente conta com 10. São bancas para a comercialização de pescado e produtos elaborados a partir de pescado (bolinhos, filés, etc.) diretamente do produtor ao consumidor. As bancas são espalhadas pelos bairros da cidade de Pelotas e acontecem semanalmente. A estrutura física para montar uma banca consta de freezer, caixas térmicas e o balcão, conseguidos geralmente através de PRONAF.

Casa do pescador: Programa que prevê suprir a carência domiciliar das famílias de pescadores artesanais através de construções subsidiadas pelo governo federal. Na Colônia Z3 funcionou de duas formas: construções novas de casas com as medidas 5 X 5 (metros) ou 6 X 6 (metros); reforma de casas. No total, 600 domicílios foram construídos ou reformados através deste projeto.

Fiscalização (tamanho da malha e equipamentos proibidos): Ações de fiscalização sobre o tamanho da malha da rede de pesca permitida “malha 50”. Os relatos apontam que as embarcações com redes irregulares, ou com equipamentos proibidos (rádio⁶⁰, por exemplo) estão sendo multadas rigorosamente.

PRONAFs (empréstimo para embarcações e redes): As categorias de crédito PRONAF mais acessadas pelos pescadores da Colônia Z3 são o PRONAF Investimento e o PRONAF Custeio. Os pescadores fazem uso do crédito para diversos fins, desde aquisição e reforma de redes e embarcações, outros equipamentos de pesca (sonda, por exemplo) e estruturas para beneficiamento e comercialização de pescados (freezer e os materiais para as Feiras do Peixe), bem como para fins domiciliares como móveis e eletrodomésticos.

⁶⁰ Não encontramos legislação que proíbe o uso de rádio, porém segundo o relato em algumas entrevistas e reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos, o uso de rádio estava proibido, com os organismos fiscalizadores utilizando de violência psicológica (estavam portando armas) na abordagem e revista das embarcações em busca de irregularidades.

Instrução Normativa: Regulamentações sobre o ato e as técnicas de pesca. Por exemplo, as que definem o tamanho mínimo pra malha da rede de pesca, as áreas de exclusão de pesca, e os períodos de defeso para reprodução das espécies. Durante o período da pesquisa, está se discutindo a revisão da Instrução Normativa que proíbe a técnica de pesca de arrasto.

Aposentadoria: Benefício social garantido também ao pescador artesanal enquanto segurado especial da previdência, semelhante ao trabalhador rural, a partir do reconhecimento do pescador artesanal como categoria.

Bolsa Família: É um programa “criado para apoiar as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. [...] visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais.”⁶¹ Segundo as entrevistas realizadas, é um benefício social acessado pela maioria das famílias da Colônia Z3 para complementar a renda da casa.

Bolsa Escola: Incorporado ao programa Bolsa Família, citado acima, juntamente com outros benefícios⁶². Segundo as entrevistas realizadas, é acessado pela maioria das famílias da Colônia Z3 que possuem crianças matriculadas nas escolas.

Fome Zero: Definido como uma “estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção de segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”⁶³. Na Colônia Z3, conforme citado em entrevista, o programa prevê a compra, por parte do governo, de uma parcela da produção de pescados dos pescadores cadastrados, como medida de segurança alimentar.

⁶¹ Conceito em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/index.asp>> acesso em 23 – abr – 2012.

⁶² Ver: <<http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/index.asp>> acesso em 23 – abr – 2012.

⁶³ Conceito em: <<<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>> acesso em 23 – abr – 2012.

6.5. Análise da relação entre conflitos e políticas públicas na Colônia Z3 (objetivo d): Pescadores Antigos X Pescadores Novos

Nas próximas linhas a discussão recai sobre um caso específico, demonstrando as relações existentes entre conflitos e políticas públicas, como proposto no objetivo “d” deste estudo.

O caso escolhido foi constantemente citado nas atividades de coleta de dados em campo e analisa o conflito identificado como Pescadores Antigos X Pescadores Novos, sobre o aumento do número de pescadores na Colônia Z3, abordando a influência das políticas públicas para esta situação.

Para analisar este conflito recorreremos à literatura anteriormente revisada. Através da proposta de análise de conflitos exposta por Nascimento e Drummond (2001) *apud* Theodoro (2004), identificamos num primeiro momento os elementos centrais deste conflito. Após um aprofundamento dos dados levantados em campo e do entendimento do conflito pela relação com as políticas públicas, oferecemos uma nova lista com os elementos centrais.

Primeiro momento – elementos centrais do conflito analisado:

Atores: Inicialmente podemos detectar que os atores envolvidos são os pescadores antigos e os pescadores novos.

Natureza: Econômica e ambiental.

Objetos: O recurso pesqueiro.

Dinâmicas: O contexto de migração e povoamento da Colônia Z3.

Para entender este conflito através das relações com as políticas públicas, nos parece pertinente questionar como surgem estes novos pescadores. A abordagem discutida neste trabalho pressupõe a relação entre conflitos e políticas públicas e é sob esta ótica que vamos analisar o surgimento destes “pescadores novos”.

Como citado anteriormente, o processo de ocupação da Colônia Z3 passou por quatro diferentes fases, nas três primeiras por pescadores oriundos de diversas localidades, tanto do Rio Grande do Sul, como de outros Estados, porém na última fase, que iniciou na década de 90, os novos moradores migraram de zonas periféricas da cidade de Pelotas, buscando encontrar na atividade pesqueira da Colônia Z3 uma forma alternativa de sustento para a família.

Este aumento do número de pescadores foi confirmado em campo, conforme as citações mencionadas anteriormente, no item 6.4. sobre conflitos presentes no contexto da Colônia Z3.

O que cabe aqui é buscar o papel das políticas públicas nos objetivos de melhoria da qualidade de vida através da atividade pesqueira, conforme exposto por Figueira (2009, 40) para o entendimento de porque este ciclo migratório ocorreu.

Neste ponto chamamos atenção que a extensão do seguro desemprego para o pescador artesanal entrou em vigor através da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991. Especificamente para o estuário da Lagoa dos Patos, a legislação que regulamenta a atividade pesqueira é a Portaria do IBAMA nº 171/98, de 22 de dezembro de 1998⁶⁴, refletindo no aumento de 15 para 270 pescadores artesanais beneficiados pelo seguro desemprego na cidade de Pelotas, do ano 1998 para 1999, conforme os dados apresentados por Teixeira e Abdallah (2005)⁶⁵.

Esta quarta fase de migração para a Colônia Z3 e a possível relação do seguro desemprego como fator impulsionador desta migração foi citada em algumas entrevistas em profundidade, quando pedimos para descreverem desde quando o número de moradores da Colônia Z3 havia aumentado, por exemplo:

[E] *“Olha, teve um número muito grande, aumentou muito o número foi de 2002 pra cá, de 2002 pra cá foi demais o que aumentou o número de pescador. Era muito fácil tirar uma carteira de pesca. Muito fácil. E antigamente...hoje tu olha aí ó, rapaz de 18 anos, guri de 18 anos que nem são pescador, mas tem um documento de pesca. Quando é que quando eu estudava, na minha época, mas deus me livre se meus colegas iam dizer que eram da Z3 e eram filhos de pescador. Tinham vergonha de dizer que eram filho de pescador. Hoje é uma facilidade porque tem seguro desemprego, tem bastante facilidade pra pescador, e a categoria foi reconhecida, então agora tem um monte de pescador, mas na*

⁶⁴ Revogada pela Instrução Normativa IN SEAP/PR nº 3 de 2004, disponível no texto original em: http://www.pesca.sp.gov.br/leg_171.php

⁶⁵ Os autores apresentam valores gastos com Seguro Desemprego e o crescimento da busca pelo benefício a nível nacional e para municípios do estado do Rio Grande do Sul até o ano de 2003. No Portal da Transparência do Governo Federal, disponível em: <<<http://transparencia.gov.br/defeso/>>> acesso em 09-dez-2011, podemos constatar que o valor destinado para o município de Pelotas no corrente ano (2011) foi de R\$2.142.450,00 distribuído por 1.032 beneficiários. O gasto a nível federal com o seguro desemprego para pescadores artesanais no ano de 2011 foi de R\$ 1.163.055.125,00.

minha época, os amigos diziam que não eram filho de pescador, tu cansava de ver, ah eu moro no laranjal⁶⁶. Mas não moravam na Z3. Bem assim.”

Além do seguro desemprego, outras políticas públicas devem ser consideradas, tais como as linhas de crédito e financiamento, também apontadas nas entrevistas como motivadoras para o aumento do número de pescadores.

O RS-Pesca e as linhas de financiamento oferecidas pelos PRONAFs (que passou a atuar para a pesca artesanal em 1997) guardam uma importante relação direta com a tecnologia atual empregada nos petrechos de pesca, dispensando conhecimentos específicos e tradicionais, para confeccionar uma rede, por exemplo.

Segundo os entrevistados, a facilidade de acesso aos créditos oferecidos para o pescador artesanal com os quais podem adquirir os petrechos de pesca prontos, também contribuem para o aumento do número de pescadores, tal como as citações abaixo expõem:

[E] *“muitas pessoas de fora também, porque a pescaria não é uma profissão regulamentada mesmo, hoje qualquer um pode pegar e dizer ah eu quero botar uma parelha também, se tu tem condições e o governo te dá, vai e bota, porque não exige um conhecimento.”*

[E] *“hoje é mais vantajoso porque a rede tá pronta já. Mais apertado, melhor acabado. É mais rápido.”*

[E] *“compra hoje e amanhã já tá pescando.”*

[E] *“se a rede fosse feita a mão não tinha tanta gente pescando.”*

[E] *“o governo viu só que o pescador precisa de ajuda, e nessa ajuda o que que tem, um monte de embarcação.”*

De forma cíclica, este aumento do número de pescadores gerou outras demandas sociais, refletidas, por exemplo, na construção das 600 residências na Colônia Z3, citadas anteriormente.

Outras consequências são apontadas pelos moradores, tais como indicações de que a convivência na comunidade mudou, a Colônia Z3 ficou violenta e não há mais

⁶⁶ Laranjal é um bairro da cidade de Pelotas que fica no caminho para a Colônia Z3, também à beira da Lagoa dos Patos, porém voltado ao turismo e com residências de veraneio e moradia permanente.

segurança para deixar as casas abertas, pois aumentou o número de roubos e o consumo de drogas ilícitas.

Fato é que, analisando o aumento do número de pescadores no contexto da Colônia Z3 e a dinâmica deste conflito, não podemos identificar uma política pública específica como motivadora, mas sim buscar entender como uma conjunção de fatores contribui para o aumento do número de pescadores, entre os quais figura o incentivo proporcionado por algumas políticas públicas.

Mas ao estabelecer a relação entre o conflito identificado e as políticas públicas citadas como incentivadoras do aumento do número de pescadores – os pescadores novos, como foram mencionados nas entrevistas – as observações apontam no sentido de que a entrada destas pessoas na atividade pesqueira se deu mais como resposta à oferta de benefícios financeiros do que pela possibilidade de gerar renda através da atuação direta na pesca artesanal.

Esta indicação analisada nos leva a questionar a validade da premissa de que conflito se dá pela disputa do recurso (pesqueiro) escasso (Pasquino 2002), pois as políticas públicas que beneficiam financeiramente o pescador artesanal são acessíveis independentemente da atuação do indivíduo na pesca. Basta o pescador estar com sua documentação regularizada, e a entrada de novos beneficiários não diminui o valor recebido por cada indivíduo pela venda de seu produto, ou seja, não há disputa pelo recurso financeiro advindo da pesca.

Então, por que insistir nesta questão de pescadores novos? Bavinck (2005, 806) nos atenta que “conflitos são sempre mais do que interesses por si só; eles conectam a dimensões tais como lei, cultura, e organização social”, nos fazendo refletir sobre a complexidade deste conflito.

Diferente do caso do conflito entre as diferentes escalas de pescarias – onde as traineiras na “boca” da Barra capturam o recurso pesqueiro antes deste ficar disponível ao pescador artesanal da Colônia Z3 –, ou ainda no conflito apontado com os pescadores de fora – onde os “Catarinas” disputam o recurso pesqueiro com os pescadores locais –, no centro do conflito apontado acima não existe a disputa pelo recurso pesqueiro que levaria a pressão sobre um estoque finito. No caso da disputa pelo estoque pesqueiro, cada porção extraída por novo indivíduo é necessariamente subtraída

do total acessado pelos demais por se tratar de recurso de propriedade comum (Ostrom 1999).

O recurso pesqueiro é citado em segundo plano e as causas citadas para a existência do aumento do número de pescadores apontam para os instrumentos econômicos empregados através de políticas públicas. Nas entrevistas realizadas e nos dados oficiais sobre o número de pescadores cadastrados para receberem seguro desemprego o aumento do número de pescadores é citado ao mesmo tempo que o acesso a este direito é contestado para os mencionados “*pescadores de terra*”, reforçando a tese de que a pressão sobre os estoques é menos relevante enquanto explicação para a natureza do conflito se comparada à pressão sobre o recurso financeiro público empregado.

Porém, quando os entrevistados são questionados sobre o futuro da pesca, a disponibilidade do estoque pesqueiro e assuntos relacionados à sustentabilidade biológica tais como o tamanho mínimo por espécie para captura / tamanho mínimo de rede liberada, o culpado volta a ser o pescador novo.

Fica o questionamento de quem de fato é este pescador novo, quem é este “outro”? Uma possibilidade de resposta remete a uma construção do “outro”, como alguém para carregar a culpa pelo colapso, neste caso, os culpados apontados pelos entrevistados são tanto o pescador “novo”, que incha o mar, aumentando a pressão sobre a capacidade de suporte deste através de recursos tecnológicos, quanto o Estado, que incentiva este inchaço.

Com as informações colocadas acima, utilizando o modelo conhecido como triângulo paradigma (Charles 1992, 384), podemos considerar que este conflito está focado em algum lugar entre as visões de mundo que privilegiam a racionalidade (pouco) e o social / comunitário (principalmente), mas certamente negligenciando o paradigma da conservação.

E após este olhar mais aprofundado sobre conflito dos pescadores antigos X os pescadores novos, sob a ótica da relação com as políticas públicas, vale refazer a lista de análise de conflito proposta por Nascimento e Drummond (2001) *apud* Theodoro (2004):

Atores: Pescadores artesanais, antigos e novos. Governo – produtores por excelência de políticas públicas.

Natureza: Econômica e social focada na ação política. Pouco ambiental.

Objetos: Sobretudo o recurso financeiro advindo de políticas públicas.

Dinâmicas: Um complexo quebra-cabeça composto de elementos que vão desde as motivações para o último ciclo de migração para a Colônia Z3 até a postura de resolução de problemas sociais adotada pelo Estado nas últimas décadas, sem esquecer de elementos psicanalíticos para a construção de um outro culpável.

6.6. Ajustes e recomendações propostos às políticas públicas para o setor pesqueiro, a partir do caso analisado (objetivo e):

Em capítulo publicado no recente livro “Shifting Baselines: the past and the future of the ocean fisheries”, os professores U. Rashid Sumaila e Daniel Pauly utilizam a metáfora “March of Folly” – popularizada pela historiadora Barbara Tuchman, para avaliar o estado das pescarias globais.

Seguindo as indicações de Tuchman para classificar uma política como “folly” – insensata, louca, estúpida – Sumaila e Pauly se perguntam se a política pesqueira atual pode ser classificada como insensata, concluindo que sim e listando as razões para esta infeliz conclusão.

Entre as razões para a insensatez na pesca, concluem que ela tem suas raízes em falhas fundamentais na economia e governança, tais como a falta de direitos de captura bem definidos devido ao acesso livre e propriedade comum do recurso pesqueiro; os subsídios perversos; o progresso tecnológico (fortemente ligado à remoção de barreiras naturais que outrora impediam a exploração de alguns recursos de difícil acesso e à remoção de barreiras de mercado associadas com a globalização econômica); e à miopia, ou visão embaçada na avaliação econômica para o desenvolvimento da atividade, como a questão da taxa de desconto (Sumaila & Pauly 2011).

Na mesma linha, Castello publicou em 2007 um artigo de opinião expondo suas reflexões sobre a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, levantando questões semelhantes as que Sumaila e Pauly descreveram recentemente: “existe consenso na

comunidade de cientistas de que, o livre acesso e a propriedade comum dos recursos vivos constituem uma parte importante do problema e deveriam ser revistos” e ainda que “a política, largamente difundida, de outorgar incentivos e subsídios fiscais dos mais diversos tipos têm conseguido manter em atividade grandes pescarias que, de outra forma, estariam condenadas a desaparecer por serem economicamente insustentáveis.” (Castello 2007, 51 e 48).

Embora nosso estudo esteja focado na pesca artesanal, a afirmação de Castello é reforçada quando consideramos o número de pessoas aptas a acessar os incentivos e subsídios fiscais, pois enquanto a pesca industrial emprega 1 milhão de pessoas, a pesca de pequena escala (incluindo aí a pesca artesanal) emprega diretamente 60 milhões de pessoas ao redor do mundo, segundo dado de estudo recente apresentado pela FAO (2010, 176). No Brasil, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura são mais de 600 mil pescadores artesanais registrados. Apesar destes números não responderem em sua totalidade a sobre-exploração dos estoques, eles carregam sua parcela de culpa e os subsídios e incentivos fiscais funcionam como um dos múltiplos e complexos fatores que estimulam a entrada na pesca.

Ao estabelecer a relação entre o conflito sobre os pescadores antigos X os pescadores novos e as políticas públicas citadas nas entrevistas como incentivadoras do aumento do número de pescadores, as observações apontam no sentido de que a entrada destas pessoas na atividade pesqueira se deu mais na disputa pelos benefícios financeiros do que na disputa pelo estoque pesqueiro.

Considerando que este conflito ocorre pela disputa dos direitos enquanto pescador profissional e não primeiramente pela disputa do recurso pesqueiro em si, cabe apontar que as políticas públicas pesqueiras atuais são na verdade políticas sociais e não dispensam a atenção necessária ao aspecto ambiental, ficando a questão sobre a preservação do recurso pesqueiro vaga e sem ações efetivas.

Essa afirmação corrobora a própria postura do Estado na criação de políticas públicas da primeira década de 2000 em diante, valorizando as questões sociais, conforme explicitado no item 3.2.1. referente à revisão bibliográfica das políticas públicas pesqueiras, e nos leva a refletir sobre qual a principal motivação para estes “novos” pescadores ingressarem na atividade pesqueira, se a possibilidade de atuar

numa nova atividade profissional com retorno financeiro, ou puramente pelas facilidades de captação financeira via política pública.

Ainda que o posicionamento das atuais políticas públicas caminhe no sentido da diminuição da vulnerabilidade social⁶⁷ que as comunidades pesqueiras artesanais estão fortemente expostas (Hellebrandt 2010), cabe lembrar que nos dias atuais onde o risco é globalizado (Beck 2010), sobretudo os riscos naturais, o colapso dos estoques pesqueiros acaba por colocar em perigo a segurança alimentar de uma forma geral, independente de classe social.

Relembrando a clássica definição de Laswell (1936 *apud* Souza 2006) sobre política pública enquanto decisões e análises para responder “quem ganha o quê, por que e que diferença faz”, o questionamento sobre a direção das políticas públicas pesqueiras faz sentido ao apontar que esta contempla de forma desigual as dimensões social, econômica, política e ambiental.

Segundo Castello (2007, 50) “os objetivos e argumentos de caráter econômico e social tendem a prevalecer sobre os argumentos de caráter biológico e ecológico.” Nesta linha uma possibilidade levantada com este estudo é a de que os novos pescadores são mais pescadores de direito do que pescadores de fato. Uma das implicações disto é o impacto sobre o Estado, onerado e desacreditado, além do impacto sobre o estoque pesqueiro. Em contrapartida, a crescente quantidade de pescadores registrados contribui potencialmente para afetar o estoque pesqueiro, fato que vem sendo negligenciado.

Ao observarmos a linha do tempo formulada na figura 1 (item 3.2.2. desta dissertação), podemos identificar que as políticas públicas pesqueiras partem de uma ideia de incentivo à captura, diretamente para atender a preocupação social (emprego e

⁶⁷ Discussões sobre o conceito de vulnerabilidade social podem ser encontradas no documento elaborado em 2007 a partir do convênio entre Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), denominado “Aspectos conceituais da vulnerabilidade social”, onde definem que “a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade.” (MTE/DIEESE 2007, 14). Contudo há um problema com esta definição ao deixar de fora os fatores ambientais tais como consequências de alterações climáticas extremas, inundações por exemplo. Hellebrandt (2010) atende este lapso ao revisar na literatura autores que incorporam a noção de risco (e o grau de exposição ao risco) ao conceito de vulnerabilidade, possibilitando a análise de comunidades pesqueiras enquanto focos vulneráveis.

renda), sem incorporar de fato a questão ambiental, do desenvolvimento sustentável, da recuperação dos estoques.

Entretanto, a colocação de que as políticas públicas apontam para a resolução das questões sociais, privilegiando a inclusão social ao gerar emprego e renda não está de forma alguma sendo criticada nesta análise, porém destacamos a preocupação no entendimento do real efeito das políticas públicas atuais sobre a exploração do recurso pesqueiro.

A questão da fiscalização é outro fator chave em se tratando de políticas públicas pesqueiras: “quando a fiscalização é ineficiente, tende a ‘premiar’ economicamente (a curto prazo), aqueles que violam as normas regulamentares da pesca e a ‘castigar’, os que as cumprem.” (Castello, 2007. p. 49).

Um exemplo que evidencia esta questão é uma das poucas políticas públicas pesqueiras de caráter ambiental no contexto da Lagoa dos Patos: A Portaria do IBAMA nº 171/98, de 22 de dezembro de 1998, revogada pela Instrução Normativa IN SEAP/PR nº 3 de 2004, que rege a atividade pesqueira no estuário da Lagoa dos Patos, apresentando em seu texto diretrizes ambientais sobre tamanhos mínimos por espécie aptas à captura, às técnicas de pesca permitidas e épocas de defeso por espécie.

Quanto ao texto, este é um exemplo de política pública que apresenta preocupação ambiental em evidência, mas quanto à sua implementação, o bom exemplo não sai totalmente do papel. Essa crítica não diminui o valor do processo em que esta política pública foi criada, utilizando as discussões e participações promovidas pelo Fórum da Lagoa dos Patos enquanto membro consultivo. Todavia, os problemas de fiscalização dificultam a eficácia desta política pública, bem como o pouco comprometimento dos próprios pescadores, reforçado com a culpa que atribuem ao mercado comprador que aceita peixes de tamanho proibido, em épocas proibidas.

Desta forma, após o exposto, como principais contribuições para ajustes às atuais políticas públicas pesqueiras, este trabalho chama atenção para: nos processos de gestão da pesca, considerar a questão ambiental tal qual a questão econômica foi considerada no passado, e a social é considerada hoje, pois a questão ambiental acaba por ter um papel vital na sustentabilidade da atividade da pesca; buscar mecanismos que tornem a fiscalização mais eficiente; e valorizar processos participativos tais como a experiência desenvolvida pelo Fórum da Lagoa dos Patos.

7. CONCLUSÃO:

Este trabalho teve como objetivo identificar e entender conflitos que permeiam a atividade pesqueira artesanal sob a ótica da relação que estabelecem com as políticas públicas aplicadas à pesca.

Uma revisão de literatura, específica aos temas conflitos e políticas públicas na pesca foi apresentada, como suporte ao entendimento da temática abordada neste estudo, bem como a relevância socioeconômica da pesca da tainha (*Mugil platanus*) na atividade pesqueira artesanal da Colônia de pescadores Z3, atuando como geradora de renda e emprego para a comunidade pesqueira.

No processo de revisão da literatura sobre as políticas públicas aplicadas ao setor pesqueiro, este estudo contribui com a formulação de uma linha do tempo que apresenta historicamente como o setor é visto pelo Governo. Somada à análise temporal de políticas públicas pesqueiras e às informações empíricas do trabalho de campo, foi constatado que políticas públicas de caráter social, direcionadas à população em geral, estão presentes também no contexto da pesca artesanal da Colônia Z3.

A partir de uma listagem de 20 categorias de conflitos na pesca, encontrados na literatura revisada, e com base nas atividades do trabalho de campo, foram identificados empiricamente 9 categorias de conflitos presentes no cotidiano da pesca artesanal da Colônia Z3, e descritos da forma como se manifestam nesta comunidade. Através do trabalho de campo também foi possível identificar um caso de conflito que se destaca no contexto desta comunidade e que, até então, ainda não havia sido evidenciado em outros estudos. Ao todo, incluindo este conflito particular da Colônia Z3, a tabela que sintetiza os conflitos na pesca apresenta 21 categorias, das quais 10 ocorrem na localidade deste estudo.

Com o propósito de entender a relação dos conflitos da pesca com políticas públicas na Colônia Z3, foi selecionado para tal uma das categorias identificadas no processo desta pesquisa, sendo este o caso de conflito identificado no contexto próprio da comunidade, denominado no corpo deste trabalho de conflito entre “pescadores antigos X pescadores novos”. Este conflito destaca a situação de migração vivenciada pela Colônia Z3 na década de 90 e tem como hipótese para esta migração o incentivo financeiro oriundo de políticas públicas para a atividade pesqueira, tais como o seguro

desemprego ao pescador artesanal e a facilidade de acesso aos créditos e financiamentos para aquisição de embarcações e petrechos de pesca. Na análise deste conflito em específico, presente na Colônia Z3, ficou evidente que a entrada destas pessoas na atividade pesqueira se deu mais com o propósito primeiro de garantir renda via política pública em disponibilidade para a categoria de pescador artesanal, do que na disputa pelo estoque pesqueiro.

Com uma análise sobre os dados coletados em campo, aliados a uma discussão sobre a eficácia das atuais políticas, ficou constatado que o esforço governamental em promover a inclusão social do pescador artesanal, através da geração de emprego e renda, pode resultar num efeito contrário, incentivando o inchaço de pescadores e o conseqüente aumento da pressão sobre os estoques pesqueiros, no momento em que as poucas políticas públicas pesqueiras de caráter ambiental são menos eficientes na prática do que seus textos propõem.

Posto isto, concluímos que alguns conflitos da pesca possuem em sua raiz uma intrincada relação com as políticas públicas, tal como o caso analisado nesta dissertação.

Num último momento, algumas considerações finais sobre este estudo fazem-se pertinentes como contribuições para o gerenciamento costeiro integrado e os processos de tomada de decisões que implicam.

Tal como mencionado na introdução deste trabalho, o tema pesca, embora de inegável importância às atividades econômicas e sociais que ocorrem na zona costeira, é pouco considerado nos processos de gestão. Quando o é, geralmente ocorre por conta dos conflitos de uso e espaço com outras atividades que ocorrem nesta região. Apesar disso, atividades tradicionais como a pesca artesanal marcam presença enquanto pesadelo de alguns gestores que, mesmo com argumento econômico, não podem ignorar a importância social da atividade. Desta forma, o presente trabalho apresentou alguns aportes para o processo de gestão, e conclui pontuando algumas sugestões.

A primeira destas sugestões é a de considerar a complexidade dos conflitos, em especial observando as relações de poderes díspares dos atores envolvidos, e apontando como possível caminho o fortalecimento das fragilidades.

No caso da pesca artesanal na Colônia Z3, ao longo do estudo houve a oportunidade de observar a ação do Fórum da Lagoa dos Patos, do Sindicato dos Pescadores de Pelotas, e do movimento de pescadores, ambos mobilizando,

fortalecendo e empoderando a categoria de pescadores artesanais na luta pela garantia de seus direitos, sobretudo no caso da suspensão do seguro desemprego para mulheres, que acabou sendo temporariamente revertido, conforme comentado no capítulo 5 sobre o trabalho de campo.

Portanto, uma forte recomendação para o gerenciamento é o incentivo a políticas que focam na capacitação e empoderamento de atores sociais, pois este é um dos caminhos para eliminar, ou ao menos minimizar, aspectos negativos que impregnam práticas estabelecidas, assim como o incentivo ao diálogo entre atores sociais com interesses compartilhados. Esta é uma forma de fomentar mobilizações e troca de experiências, expandindo a visão de mundo de ambos os lados.

Porém, uma ressalva faz-se necessária: a participação por si só, apesar de ser um fator importante, não garante resultados positivos. Os resultados dependem de diversos fatores, inclusive comprometimento e recursos financeiros disponíveis e bem utilizados.

Neste sentido, apontamos como observação em se tratando das políticas públicas com caráter social, que iniciativas como a citada Feira do Peixe sejam incentivadas, pois atitudes como essa capacitam pescadores e fortalecem este ator social em relações conflituosas com o mercado, por exemplo.

De forma geral, vale ressaltar os aspectos positivos das situações conflituosas, tal como mencionado no item 3.1. da discussão conceitual sobre conflitos, alguns benefícios do conflito são o estímulo ao pensamento crítico e criativo e a melhoria da capacidade de tomar decisões.

Além disso, não é demasiado lembrar que, para um processo de gestão, o princípio da precaução deve ser aplicado, pois como vimos na identificação dos conflitos em campo, uma política pública implementada (seguro desemprego) sem conhecer os efeitos, acaba por ser foco de muitos conflitos na pesca e na comunidade estudada.

Outra recomendação simples, por muitas vezes esquecida, é a de clareza na comunicação, pois como visto no caso da suspensão do seguro desemprego, a falta de informações, informações incompletas e, sobretudo, informações confusas e com linguagem pouco acessível a todos os níveis interessados, dificulta o processo, contribuindo para conflitos.

Também podemos reforçar sobre este estudo como sugestão para a gestão costeira a transparência e equidade na fiscalização das ações impactantes na zona costeira, seja ela executada por pescadores artesanais (que atuam em pequena escala) ou pescadores que atingem grande escala, os industriais.

Por fim, fica a chamada de atenção para o rumo que as políticas públicas se dirigem, fortalecendo o alerta de que, para fins de governança, elas busquem o equilíbrio da importância dos aspectos econômicos, sociais, políticos e também ambientais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdallah, P. R.. 1998. “Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução.” Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Abdallah, P. R.. 2010. “Economia pesqueira, subsídios e sustentabilidade.” Comunicação em IV Congresso Brasileiro de Oceanografia. Rio Grande.
- Adomilli, G. 2010. “Territorialidade e conflito na pesca embarcada: um estudo de caso sobre os pescadores de São José do Norte – RS e suas analogias sobre animais marinhos. [no prelo].” *Coletivos Pesqueiros: Desafios e Perspectivas Antropológicas*. 01 ed. Rio Grande, v. 01: 213 – 233.
- Angrosino, M. 2009. *Etnografia e Observação Participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Anderson, E. N. Jr. 1987. “A Malaysian tragedy of the commons.” In: *The question of the commons. The culture and ecology of communal resources*, eds. B. J. McCay and J. M. Acheson, Tucson: University of Arizona Press: 327–343.
- Arendt, H. 2004. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 10ª ed.
- Ascelrad, H. (org.). 2004. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll.
- Atkinson, P., Hamersley, M. 1994. “Etnography and Participant Observation.” In: Denzin, N. K., Lincoln, Y. S. (eds.). *Handbook of Qualitative Research*. Sage Publications, Inc.
- Bailey, C. 1997. ”Lessons from Indonesia’s 1980 trawler ban.” *Marine Policy* 21(3):225–235.
- Barbanti Jr., O. 2002. “*Conflitos socioambientais: teorias e práticas*.” Disponível em: <<<http://www.uni-tuebingen.de/egwinfo/susam/download/barbanti.pdf>>> acesso em 13 – dez – 2011.
- Bavinck, M. 2001. *Marine resource management—conflict and regulation in the fisheries of the Coromandel Coast*. New Delhi, India: Sage.
- Bavinck, M. 2005. “Understanding fisheries conflicts in the south - a legal pluralist perspective.” *Society and Natural Resources*. 18:9, 805 – 820.
- Beck, U. 2010. *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.

- Berkes, F., Mahon, R., McConney, P., Pollnac, R. and Pomeroy, R. (eds.). 2001. *Managing smallscale fisheries: Alternative directions and methods*. Ottawa: International Development Research Centre.
- BRASIL. “Banco Central do Brasil. Crédito Rural.” Disponível em: <<<http://www.bcb.gov.br/CREDITORURALFAQ>>> acesso em: 29-mar-2011.
- Castello, J. P. 2007. “Gestão sustentável dos recursos pesqueiros, isto é realmente possível?” *Pan-American Journal of Aquatic Science* (2007) 2 (1): 47 – 52.
- Charles, A. T. 1992. “Fishery conflicts: a unified framework.” *Marine Police*, September: 379 – 393.
- Cicin-Sain, B., Knecht, R. 1998. *Integrated coastal and ocean management: concepts and practices*. Island Press.
- Cordell, J. C., McKean, M. A. 1992. “Sea tenure in Bahia, Brazil”. In: *Making the commons work—theory, practice, and policy*. ed. D. W. Bromley, 183–205. San Francisco, CA: ICS Press.
- Csirke, J. 1983. “Report of the working group on fisheries management, implications and interaction.” In: *Reports of the Expert Consultation to examine changes in abundance and species composition of neritic fish resources. San Jose, Costa Rica, 18-29 April. A preparatory meeting for the FAO World Conference on fisheries management and development*. FAO Fishery Report (201)Vol.1:102p.
- Damasceno, N. P., Khan, A. S., Lima, P.V. P. S. 2011. “O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará.” *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 49, n. 1, Mar. 2011.
- Dias Neto, J. 2010. “Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro.” *Revista do CEPSEL – Biodiversidade e Conservação Marinha*. v. 1, p. 66-80.
- Diegues, A. C. 1994. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: NUAPUB – Universidade de São Paulo.
- Duarte, J. 2008. “Entrevista em profundidade.” In: Duarte, J., Barros, A. (orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo, SP. Editora Atlas, 2ª edição.
- Durkheim, E. 2001. *As regras do método sociológico*. São Paulo, SP. Martin Claret.

- FAO, Fisheries and Aquaculture Department. 2010. *The State of World Fisheries and Aquaculture*. Roma.
- Ferreira, F. 2006. “Desenvolvimento de produto tipo caviar a base de ovas de tainha (*Mugil platanus*).” Dissertação de Mestrado do curso de Engenharia e Ciência de Alimentos da Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande.
- Ferreira, S. 2010. “A pesca da tainha na Lagoa dos Patos – um relato fotoetnográfico.” Trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social. Universidade Católica de Pelotas – UCPel.
- Figueira, M. C. 2009. “Colônia de pescadores Z3, Pelotas – RS: da crise na pesca à expansão do turismo com base no patrimônio cultural.” Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas.
- Fonseca Júnior, W. C. 2008. “Análise de conteúdo.” In: Duarte, J., Barros, A. (orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo, SP. Editora Atlas, 2ª edição.
- Furtado, L. G. 2004. “Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia.” In: Asclrad, H. (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll.
- Gaieski, L. C. G. 2011. “Análise econômica da pesca da “tainha” (*Mugil platanus*) desembarcada e comercializada no município de Rio Grande pós anos 90.” Monografia do curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande – FURG.
- Giddens, A. 2000. *Sociología*. Madrid, Alianza Editorial S.A, 3ª edición revisada.
- Haimovici, M. In: Isaac V. J. et al. 2006. *A Pesca Marinha e Estuarina do Brasil no Início do Século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais*. Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA.
- Hellebrandt, D. 2010. “Informal institutions and adaptive livelihoods of fisherfolk in Southern Brazil.” Tese de Doutorado da School of International Development - University of East Anglia. UK.
- Hellebrandt, L., Hellebrandt, D., Abdallah, P., Barbosa, M. e Carvalho, A. 2010. “Condições socioeconômicas e políticas da pesca de tainha no estuário da Lagoa dos Patos: visão do pescador artesanal.” – trabalho apresentado na IX Mostra da

- Produção Universitária* – Encontro de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: <<<http://mpu.furg.br>>> acesso em: 21-dez-2010.
- Hellebrandt, L., Abdallah, P., Asmus, M., Castello, J. P. e Hellebrandt, D. 2011. “Conflitos da pesca artesanal de tainha na Colônia Z3 (Pelotas, RS) e sua relação com as políticas públicas: primeiros apontamentos.” Trabalho apresentado no *V Simpósio Brasileiro de Oceanografia*. Santos, SP. Disponível em: <<<http://vsbo.io.usp.br/trabs/054.pdf>>> acesso em: 14 – fev – 2012.
- Horochofski, R. R., Meirelles, G. 2007. “Problematizando o conceito de empoderamento.” *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia*. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.
- Isaac, V. J. et al. 2006. *A Pesca Marinha e Estuarina do Brasil no Início do Século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais*. Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA.
- Kalikoski, D. C., Satterfield, T. 2004. “On crafting fisheries co-management arrangement in the estuary of Patos Lagoon (Brazil): opportunities and challenges faced through implementation.” *Marine Policy* 28: 503 – 528.
- Kalikoski, D. C. (org.). 2006. *Gestão da Pesca de Pequena Escala: Diretrizes e métodos alternativos*. Rio Grande. Editora da FURG.
- Mathew, S. 1990. “Fishing legislation and gear conflicts in Asian countries. A case study of selected Asian countries.” *International Collective in Support of Fishworkers*. Samudra Monograph 1. Brussels, Belgium.
- MTE/DIEESE. 2007. *Aspectos conceituais da vulnerabilidade social*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>> acesso em 22 – fev – 2012.
- Ostrom, E. et al. 1999. “Revisiting the Commons: Local lessons, global challenges.” *Science* 284: 278 – 282.
- Pauly, D. et al. 1998. “Fishing down marine food webs.” *Science* 279: 860-863.
- Pasquino, G. 2002. Verbete: Conflito In: Bobbio, N. (org.). *Dicionário de Política vol. 1*: Brasília: UNB, 12ª ed.
- Pereira, M. O. R., Gonçalves, J. W., Rusheinsky, A. S/D. “Educação Ambiental com Pescadores Artesanais: Um Convite à Participação.” (data de publicação não

- encontrada, referente à Dissertação de Mestrado apresentada em 2006). Disponível em:
<<<http://www.amigosdanatureza.org.br/noticias/306/trabalhos/52.educacaoambientalcompescadoresartesanais.doc>>> acesso em: 26 – julho – 2011.
- Pievi, S.M., Miura, A. K., Rambo, A. G. 2007. “A pesca artesanal na colônia São Pedro (Z3), Pelotas, RS.” In: *XLV Congresso da Sober*. Londrina, 2007. Disponível em: << <http://www.sober.org.br/palestra/6/735.pdf>>> acesso em 27 – nov – 2011.
- Reis, E., D’Incao, F. 2000. “The present status of artisanal fisheries of extreme Southern Brazil: an effort towards community-based management.” *Ocean & Coastal Management*. 43: 585-595.
- Sacco dos Anjos, F., Nierdele, P. A., Schubert, M. N., Schneider, E. P., Grisa, C., Caldas, N. V. 2004. “Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da Colônia Z3 em Pelotas, RS.” *II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado*, Santa Cruz do Sul, RS – Brasil – 20 de setembro a 01 de outubro de 2004.
- Santos, B. S. 1997. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 4ª ed.
- Saquet, M. A. 2007. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 200p.
- Silva, L. T. 2003. “Variabilidade interanual da tainha *Mugil platanus* Günher, 1880 na Lagoa dos Patos: uma ferramenta para avaliar possíveis impactos de um derrame de petróleo no ciclo de vida da espécie.” Relatório do Programa de Recursos Humanos nº27 ANP/MME/MCT Estudos Ambientais nas Áreas de Atuação da Indústria do Petróleo. Universidade Federal do Rio Grande – FURG.
- Sousa, T. R. V. 2003. “Os efeitos do crédito rural na exploração de um recurso natural: o caso da atividade pesqueira do Rio Grande do Sul.” Trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande. Rio grande.
- Souza, C. 2006. “Políticas Públicas: uma revisão da literatura.” In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

- Souza, M. A. A. 2001. “Política e evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul: 1960 a 1997.” Dissertação de mestrado em Economia Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Souza, M. A. A., Pit, C. 2008. “Eficiência econômica e sustentabilidade ecológica da pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul.” In: *4º Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre, RS, 2008. Disponível em: <<<http://www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/agricultura-sessao3-1.doc>>> acesso em 23 – abr – 2012.
- Souza, M. J. L. de. 1995. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.” In: Castro, I. E. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Sumaila, U. R., Pauly, D. 2011. “The ‘March of Folly’ in global fisheries.” In: Jackson, J. B. C., et al. *Shifting baselines: the past and the future of ocean fisheries*. Island Press.
- Teixeira, G. S., Abdallah, P. R. 2005. “Política de seguro-desemprego e pesca artesanal no Brasil: em análise o Estado do Rio Grande do Sul e a região da Lagoa dos Patos.” In: *VI Encontro Nacional de Economia Ecológica*. UNB – Brasília. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/artigos/mesa5/politica_seguro_desemprego.pdf>> acesso em 09 – dez – 2011.
- Theodoro, S. et al. 2004. “Gestão Ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais.” In: *Anais... II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Indaiatuba: ANPPAS. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/suzi_theodoro.pdf>> acesso em 07 – dez – 2011.
- Zerner, C. 2003. “Sounding the Makassar Strait: The poetics and politics of an Indonesian marine environment.” In: *Culture and the question of rights. Forests, coasts, and seas in Southeast Asia*. ed. Zerner, C.. 56–108. Durham, NC: Duke University Press.

8.1. Referência das Figuras

Figura 1 – Imagem de <<<http://maps.google.com.br/>>>.

Figura 2 – Elaborada pela autora.

Figuras 3 a 26 – Autoria de Luceni Hellebrandt.

Figuras 27 – Imagem de <<<http://maps.google.com.br/>>>.

Figuras 28 a 32 – Autoria de Solano Ferreira (Ferreira, 2010).

9. ANEXO

Relação e potencial para conflitos entre usuários de recursos pesqueiros (Csirke, 1983):

	State	Ship owners	Industrial capital investors	Infrastructure enterprises	Marketing	Crews	Artisanal fishery	Support industry	Industrial employees	Consumer	Sport fishery
State	0	-	-	-	+	-	-	-	-	+	0
Ship owners	-	+	+	0	+	+	+	-	0	0	-
Industrial capital investors	-	+	+	0	+	0	+	-	+	0	0
Infrastructure enterprises	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marketing	+	+	+	0	+	0	+	0	0	+	0
Crews	-	+	0	0	0	0	+	0	0	0	+
Artisanal fishery	-	+	+	0	+	+	-	-	0	-	+
Support industry	-	-	-	0	0	0	-	+	0	0	0
Industrial employees	-	0	+	+	0	0	0	0	0	0	0
Consumer	+	0	0	0	+	0	-	0	0	0	0
Sport fishery	0	-	0	0	0	+	+	0	0	0	0

Onde:

“0” = Não existe conflito aparente;

“+” = Alto potencial para conflito;

“-” = Baixo potencial para conflito.